



**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO**

<b>Depoimento nº: 003/17</b>	<b>Data: 14/06/2017</b>
<b>Local: Câmara dos Deputados</b>	<b>Duração: 2h12min</b>

**COLABORADOR**

**Humberto Moreira da Silva Martins Pereira – membro da equipe de redação do *Jornal da Constituinte*.**

**SUMÁRIO**

**Depoimento sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988 para o acervo de depoimentos do Núcleo de História Oral do Centro de Documentação e Informação — CEDI.**

**Tópicos**

1. Geração Brasiliense; 2. Formação em Comunicação Social na UnB; 3. Experiência profissional; 4. A carreira na Câmara dos Deputados; 5. Independência de pensamento; 6. Os pronunciamentos parlamentares e a mídia; 7. A questão político-econômica do programa *A Voz do Brasil*; 8. A experiência em *A voz do Brasil*; 9. As condições de trabalho em *A voz do Brasil*; 10. O desconhecimento da função de uma constituinte e a manipulação do povo pelos meios de comunicação; 11. O modelo político que origina a Constituinte; 12. A Câmara como suporte da Constituinte; 13. A guarda precária dos documentos; 14. A mobilização popular na Constituinte; 15. Temas polêmicos da Constituinte; 16. O modelo brasileiro de constituição; 17. O papel da mídia na divulgação da Constituinte; 18. A defesa da Constituinte; 19. A seleção para *O jornal da Constituinte*; 20. O trabalho em equipe da *Voz da Constituinte*; 21. A rotina da redação; 22. A pauta; 23. A vida no plenário; 24. As matérias publicadas no *Jornal da Constituinte*; 25. Os créditos; 26. Os dois lados das histórias; 27. A administração; 28. A relação do *Jornal da Constituinte* com a mídia comercial; 29. Limites da divulgação na Constituinte; 30. Palavras finais.

**1. Geração Brasiliense**

Eu nasci em Brasília, em 1962. Hoje em dia fica todo mundo com medo do Hospital de Base<sup>1</sup>, mas na época se nascia no Hospital Distrital direitinho, mesmo com todos os problemas. Era uma capital recém-implantada, com muitas carências. Na minha infância, Brasília tinha uma área muito grande para quem era criança. Por

<sup>1</sup> O Hospital de Base do Distrito Federal foi fundado em 1960. Cf. <http://www.saude.df.gov.br/sobre-a-secretaria/hospitais-e-regionais/271-hospital-de-base-do-df.html>



---

exemplo, meu pai foi professor da Universidade de Brasília<sup>2</sup>, veio com Darcy Ribeiro<sup>3</sup> para cá. Quando Darcy saiu, por conta da entrada da ditadura, minha mãe conseguiu convencer meu pai a voltar para o Rio de Janeiro. Ela me disse depois que ele não gostava dessa história. Meu pai dizia que havia ido para o Rio de Janeiro porque minha mãe havia dito que queria ter um filho carioca. Na verdade, essa foi a desculpa dela para ele. Mas ela me contou que tinha certeza de que ele acabaria sendo morto, porque entrava mesmo nas confusões. Então, ela arrumou uma desculpa para levá-lo para o Rio. Estou dizendo isso porque muitas vezes ficava na Tijuca ou em Copacabana, onde era a casa dos meus avós. Na Tijuca, por exemplo, havia a Praça Xavier de Brito. Existia somente aquela praça para brincar. Em Copacabana era só dentro de casa. Na Avenida Nossa Senhora de Copacabana havia a praia, mas eu era muito pequeno para ir. O resto era uma avenida. Essa diferença de Brasília, quando criança, era muito legal. Também houve muitas coisas interessantes de convivência e muitas experiências que não se teria mais condição de ter. Por exemplo, na SQN 308, eu lembro que as mães desciam para a escola pública e faziam o lanche das crianças. Depois de nascido o meu irmão, nós voltamos. Meu irmão nasceu em 1964 no Rio de Janeiro. Os anos de 1964 a 1966 foram de extrema dureza. Meu pai não declarou nem Imposto de Renda, porque não ganhava o suficiente. E aí ele voltou para Brasília.

É claro que sempre há aquelas pessoas que imaginam estar indo para a Capital da República e se colocam acima dos outros. No meu caso, era muito legal porque se convivia com todo mundo. Na minha casa frequentavam o filho do peão da obra e o dono da cantina da obra. Hoje não existe mais isso, mas havia cantina na obra. Jogávamos bola juntos. Eu dizia que as mães só sabiam quem era quem quando chamavam pelo nome, porque estavam todos cobertos por barro.

Era uma coisa muito legal para criança, mas para o adulto era muito deprimente: vinha-se da agitação do Rio de Janeiro, antes capital da República, com todo o envolvimento cultural, para um lugar desesperador de vazio, onde estava tudo

---

<sup>2</sup> Luis Humberto Martins Pereira fotógrafo e arquiteto. Professor emérito da Faculdade de Comunicação da UnB.

<sup>3</sup> Darcy Ribeiro foi um dos fundadores da Universidade de Brasília e seu primeiro reitor. Cf. <http://www.unb.br/a-unb/historia?menu=423>



por ser construído. Essa era uma experiência da qual as pessoas tinham que ter noção antes de virem para cá. Por exemplo, Brasília era conhecida como a “Capital do divórcio” — na verdade, na época era desquite — porque os relacionamentos não aguentavam<sup>4</sup>. Se há problema em um relacionamento, e, de certa forma, aliviam-se esses problemas de relacionamento trabalhando num determinado lugar, indo à praia, ao teatro, fazendo não sei o quê, aqui não havia nada disso. Para o adulto, a vida era dureza; para a criança, era maravilhoso, era um enorme *playground*. A maioria desses lugares que hoje são proibidos eu frequentava. Eu andei na Catedral antes de ela ser concluída. Eu andava no meio da terra. Era muito legal ver aquela estrutura.

A única tristeza — até meu pai, que é arquiteto de formação, não gosta que eu diga isso — é que Brasília é uma cidade planejada por um arquiteto que se dizia comunista, mas que criou palácios. Palácio não é para todo mundo. E criou não só palácios, mas também esculturas. Não se vive dentro de escultura. Há uma série de problemas nesses trabalhos de Oscar Niemeyer. Em alguns, fica-se meio claustrofóbico; em outros, há o vento batendo lá fora, sente-se o vento, algo lindo, maravilhoso, e dentro não entra um pingão de ar, tem que se botar ar-condicionado. O prédio do Congresso não é necessariamente só um exemplo de erro dele, mas de apropriação aos poucos das próprias pessoas. As lideranças foram ocupando espaços perto das janelas. As obras em sequência mudaram muito o projeto. No Anexo I, por exemplo, tem que haver ar-condicionado porque não se pode abrir a janela. Isso é complicado, é estranho. Enfim, era uma cidade muito legal para criança, depois ficou mais difícil.

## 2. Formação em Comunicação Social na UnB

Fiz meu primeiro grau todo, agora é ensino fundamental, no Centro Educacional Nossa Senhora do Rosário. Meu ensino médio foi no Marista, de 1977 a 1979. Em 1980, entrei na UnB, no curso de Comunicação Social. Formei-me em 1983, quando

---

<sup>4</sup> Essa imagem da cidade encontra-se registrada em *Folclore Político*: 1950 história, item 594, p. 202, de Sebastião Nery; em artigo de Aramis Millemarch, *Brasília, segundo Dagoberto*, publicado em 23 de setembro de 1978 (<http://www.millemarch.org/artigo/brasilia-segundo-dagoberto>) e crônica de Paulo Pestana - Em crônica, Paulo Pestana conta como era Brasília há 10 anos, publicada em caderno especial do *Correio Braziliense*, em 11 de abril de 2014 (<http://df.divirtasemais.com.br/app/noticia/mais-leitor/2013/10/11/noticia-mais-leitor,144617/em-cronica-paulo-pestana-questiona-o-uso-do-nao.shtml>).



fui para a experiência profissional, que era uma angústia. Na época havia a proibição de ser estagiário em Comunicação, porque havia toda uma disputa. A fim de baratear custos, as empresas de jornalismo contratavam estagiários e dispensavam jornalistas formados. Então, havia esse dilema. Apenas formado conseguia emprego.

O curso foi triste, foi lamentável. O curso de jornalismo, na época, foi um curso extremamente frustrante, muito frustrante. Havia professores, por exemplo, que tinham mais preocupação com a vida profissional deles fora da universidade do que dentro da universidade. Tive professores muito legais, como o Venício Arthur de Lima<sup>5</sup>, um grande professor. Era um professor, então, ele dava aula. Eu tive professores que eram repórteres. Aí o que acontecia? “*Semana que vem não tem aula. Estou passando um trabalho para vocês, porque vou estar fora, fazendo cobertura não sei onde.*” Outros eram muito fracos, não queriam passar conteúdo. Também tive um professor de cinema maravilhoso. Ele era até diplomata. Eu aprendi a ver cinema com ele. Era Edgard Telles Ribeiro<sup>6</sup>.

O curso era melhor se você tivesse vindo de outra faculdade e fosse fazer ali. Era mais um curso de especialização, pelo nível que enfrentei, do que um curso de graduação de verdade. A minha preocupação, quando eu comecei a ver isso, foi: Introdução à Ciência Política, introdução à Economia; fiz bastante matéria de Economia; fiz matéria de Sociologia; fiz matéria de História. Fui diversificando, fui caindo fora do departamento, porque, para mim, o conteúdo estava noutro lugar. Ali havia “*como redigir, como fazer materiazinha*”, com exceção de um ou de outro professor. Era uma faculdade muito fraca. Você acaba ficando muito mais preocupado com a forma e menos com o conteúdo. O conteúdo tem que ser adaptado à forma. Agora, quem vai dar o conteúdo? Vai dar no segundo grau ou no ensino médio? Não!

---

<sup>5</sup> Graduado em Ciências Sociais/Sociologia pela UFMG (1969), mestre (1974), doutor (1979) e pós-doutor (1988) em Communications pela University of Illinois at Urbana-Champaign. É também pós-doutor pela Miami University-Ohio (1991) e especialista em História do Cristianismo Antigo pela UnB (2009). Professor Titular de Ciência Política e Comunicação da UnB (aposentado) é pesquisador sênior do Centro de Estudos Republicanos Brasileiros (CERBRAS) do DCP-FAFICH-UFMG e membro (eleito) do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), 2014-2018 [mandato cassado pela MP 744 de 01/09/2016] (<http://lattes.cnpq.br/2488472761100721>).

<sup>6</sup> Escritor, cineasta, jornalista, crítico de cinema e diplomata. Nascido em 1944, filho de diplomata passou parte de sua infância e adolescência na Europa. Em 1968, ingressou na carreira diplomática, onde trabalhou principalmente na área cultural, tanto em Brasília quanto no exterior. Entre 1978 e 1982 foi professor de Cinema na Universidade de Brasília (<https://www.companhiadasletras.com.br/autor.php?codigo=00414> e <http://www.librosdelasteroide.com/-telles-ribeiro-edgard>).



Você tem que chegar e montar uma grade que tenha assim... Olha, eu não posso lhe dar o conteúdo de Economia, eu não posso lhe dar o conteúdo de Sociologia. Se você quer um jornalismo esportivo, o conteúdo é de educação física. Então, faça uma grade que seja compatível com a diversidade da realidade que você vai encontrar aqui fora, e não aquela coisa assim fechada em si mesmo...

Eu fiz um jornal no *campus* que tinha editoria internacional. Como não sabiam bem o que fazer comigo, eles me jogaram nessa editoria internacional. É ridículo você ter num jornal de faculdade uma editoria internacional! Eu até consegui dar um furo jornalístico na época. Foi engraçado. Era a inauguração de uma estátua de Simón Bolívar, que estava guardada a sete chaves pelo Padre Aleixo<sup>7</sup>. Quando cheguei lá, falei: “*Soube que o senhor podia falar com a gente sobre o Bolívar, que é aquela estátua ali fora*”. Ele “*Ah, meu Deus, vocês estão sabendo?*”. Falei: “*Pois é, vai virar uma matéria. Ou o senhor me fala ou vou ter que usar enciclopédia*”. Aí conversei com ele. Mas o que tem a ver com internacional? Eu até tive oportunidades de entrar no Itamaraty e ver documentos secretos e tal, mas não me senti à vontade para chegar e pegar um documento secreto e dizer: “*Bomba, fiz não sei o quê*”.

### 3. Experiência profissional

Eu me formei e fui trabalhar no jornal *Última Hora de Brasília*, na parte de esportes. Cheguei a editor de esportes e lá trabalhei por 3 anos e meio. Depois o *Última Hora* foi comprado por Múcio Athayde<sup>8</sup>, o famoso “homem do chapéu”, que

---

<sup>7</sup> Professor aposentado e emérito da UnB, foi um dos fundadores do curso de Bacharelado em Relações Internacionais da UnB ([http://unb2.unb.br/sobre/professor\\_emerito](http://unb2.unb.br/sobre/professor_emerito)). Possui graduação em Filosofia pela Faculdade Pontifícia de Nova Friburgo (1955), graduação em Letras Clássicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro(1957), graduação em Teologia pela Universidad Pontifícia Comillas(1962), especialização em Integração Européia pela College d'Europe(1974), especialização em Curso Superior de Guerra pela Escola Superior de Guerra(1975) e doutorado em Political Science pela Georgetown University(1968). Atualmente é Vice-Presidente (2003-2007) do Associação Nacional de Escritores. (<http://lattes.cnpq.br/2660196528680463>).

<sup>8</sup> José Múcio Athayde Fróis nasceu em Montes Claros (1936) e morreu no Rio de Janeiro (2010). Empresário e político brasileiro, foi duas vezes deputado federal. Teve vários empreendimentos mobiliários em Belo Horizonte, Brasília e Rio de Janeiro, o mais conhecido Athaydeville na Barra da Tijuca. Também foi proprietário de veículos de comunicação, entre os quais Última Hora, em Brasília, que passou a ter o nome de Correio do Povo, e TV Goyá, em Goiânia. No distrito federal, era conhecido como o “homem do chapéu”, marca política com a qual tentou se candidatar ao Senado Federal, mas teve a candidatura cassada por abuso de poder econômico ([https://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%BAcio\\_Athayde](https://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%BAcio_Athayde); <http://www.diariodeceilandia.com.br/2011/04/mucio-athayde-o-homem-do-chapeu-da.html>; [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=123258&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=123258&tipo=0)).



ninguém esquece por conta dos Edifícios Maristela e Márcia, dois prédios ali do Setor Comercial que ele entregou sem elevador. E houve aquele Athaydeville, na Barra de Tijuca, que ele nunca concluía e que virou um escândalo nacional. Mas não havia punição, e esse homem comprou o jornal. Para se ter ideia, o pessoal de Ji-Paraná, onde ele tinha um jornal, mandou um telex — estamos hoje na época do *e-mail*, mas naquele momento era telex —, nos avisando para ter cuidado com ele, porque ele havia usado o jornal para tentar se eleger, mas não conseguiu. Depois, descobriram que não tinha passado o jornal para o nome dele, e todas as dívidas estavam no nome do antigo proprietário, que não tinha posse alguma para cobrir as despesas. Esse indivíduo assume o jornal e muda o nome para *Correio do Brasil*. Ele tentou comprar o direito de uso do *Última Hora*, mas Ary Carvalho, que era o dono da marca no Rio, não aceitou de jeito nenhum — ainda mais no Rio, onde havia o Athaydeville. Ele criou o *Correio do Brasil* e outro jornal popular daquele tipo “espremeu sai sangue” chamado *O Povo de Brasília*, que era distribuído gratuitamente na rodoviária. Eu fiquei lá até que não deu mais, porque estava complicado o trânsito com as pessoas. Era um lugar que ficou muito tenso. Era um lugar maravilhoso para se trabalhar antes do “homem do chapéu”.

Trabalhei também na produção da *Globo* em 1983 — antes mesmo de me formar já estava na empresa. Fiquei lá durante 6 meses, e então veio uma determinação do Rio de Janeiro dizendo que só poderia trabalhar jornalista formado. Eu saí e voltei já formado. Ao todo foram cerca de 3 anos e meio na *Globo*. Só olhando a carteira de trabalho para ter certeza, porque não lembro mais. Foi uma experiência interessante, mas gostava mais do jornal. Era uma coisa mais emocionante.

Trabalhei com Nilson Nelson<sup>9</sup>, esse que dá nome ao ginásio. Era uma figura fantástica. Éramos tão próximos que, toda vez que o Nilson saía para a balada e não falava para a mulher dele, ela me ligava de madrugada. Só havia telefone fixo, então ela ligava lá em casa. Eu acordava com ela me perguntando sobre ele: “*Onde está o Nilson?*” Dizia: “*Eu não faço a menor ideia*”. Ele era uma figuraça, um amigão. Era

---

<sup>9</sup> Jornalista esportivo, Nilson Nelson veio do Rio Grande do Sul para Brasília em 1963. Trabalhou na rádio e TV nacional até 1987, quando morreu. Seu nome foi dado ao ginásio de esportes da capital que antes se chamava Presidente Médici.  
([http://sites.correioweb.com.br/app/noticia/encontro/revista/2014/04/29/interna\\_revista,1042/o-nome-da-historia.shtml](http://sites.correioweb.com.br/app/noticia/encontro/revista/2014/04/29/interna_revista,1042/o-nome-da-historia.shtml))



---

uma pessoa paternal, topava causas que às vezes as pessoas diziam que não daria em nada. Bancava o negócio e levava à equipe da *TV Nacional* para cobrir. Promoveu o Peladão Nacional, um negócio ótimo, que tinha time de futebol de tudo quanto era lugar. De vez em quando os caras iam armados, e os juízes tinham que sair correndo. Era muito engraçado! Era uma pessoa muito animada. Era completamente fora da curva de Brasília. Se não existia, ele inventava.

#### 4. A carreira na Câmara dos Deputados

Sempre tive vontade de trabalhar para o público de uma maneira geral. Eu tinha a crença de que trabalhar no serviço público significava se dedicar a um projeto maior, mais amplo, que é trabalhar para as pessoas sem precisar necessariamente de identificação quanto a isso, é acreditar.

Minha mãe também era servidora da Câmara. Quando entrei na Câmara pela primeira vez, tinha 4 meses de idade. Ficava no sofá da Comissão de Relações Exteriores, onde ela trabalhava. Em 1962 não havia creche, não havia nada. Então, era assim. A Câmara para mim, naquele momento, quando criança, era um lugar muito legal, era um lugar mágico. Depois parei de frequentá-la. Eu tinha essa atração pela Câmara porque é aquela coisa de estar trabalhando para todo mundo, para as pessoas. Assim como o político diz que está trabalhando para o eleitor, dizia que estava trabalhando para a população. Era uma coisa muito legal. Com o passar do tempo, você se desilude um pouco.

Para mim era uma coisa muito interessante, porque me dava muito mais vontade de fazer. É uma coisa que, quando entrarmos na questão da Constituinte, você vai entender. A marca dos anos 1960, 1970 e 1980 é a grande disputa ideológica. Havia um projeto à esquerda, com vários matizes, não era um projeto único. Havia um ramo à esquerda e outro à direita, mas com diversidade. Não era essa coisa burra de hoje: quem é PT é PT, quem é PSDB é PSDB, e ficam nesse Fla-Flu<sup>10</sup> empobrecido. Não! Apesar de haver só ARENA e PMDB, dentro desses partidos eram abrigados vários projetos, várias visões de mundo. Era uma coisa muito rica.

---

<sup>10</sup> Abreviação de Flamengo versus Fluminense, metáfora futebolística para disputas entre dois grandes grupos.



Entrei na Câmara em 1984, como nível médio, por meio de um processo seletivo, como eles chamavam na época. Fui trabalhar no Departamento de Pessoal (Depes), fiz revisão de aposentadoria por 3 ou 4 meses, e aí pedi, pelo amor de Deus, para ir para a Secretaria de Comunicação (Secom), porque era jornalista. Fui para lá. Primeiro fui jogado no que eles chamavam “o jornal”, mas, na verdade, não era o jornal. Era o seguinte: você fazia um resumo de pronunciamentos e o colocava numa folha A4, branca. No final do dia, grampeava e chamava aquilo de *Informativo Câmara dos Deputados*. Era um horror! Para o jornalista, aquilo é pior que panfleto. Mas tinha gente que ainda usava aquilo como referência, sim, eventualmente. O efeito era nenhum. Nós entregávamos esse *Informativo* no Comitê de Imprensa, ou seja, você dava a informação a quem já a tinha. Basicamente era isso. Fui ficando angustiado. “*Esse negócio não tem sentido nenhum*” — dizia. Aí me disseram assim: “*No programa A Voz do Brasil está faltando gente. Você quer ir para lá? Porque eu acho que nem há lugar para você aqui*” Eu disse: “*Ótimo!*” Aí fui para o *A Voz do Brasil*. Isso foi em 1985. Foi rápido o processo. Eu acho que foi em março de 1985. No programa *A Voz do Brasil* fiquei até virar Diretor da *Rádio*, em 2001, na gestão de Aécio Neves<sup>11</sup>. Fiquei lá durante 9 anos e meio e saí na gestão de Marco Maia<sup>12</sup>. Isso foi em 2010 ou 2011. Acho que foi em 2011.

##### 5. Independência de pensamento

Quando você entra cedo na Casa, tem uma vivência de política sem ser necessariamente uma visão partidária. Eu nunca quis ter vida partidária por uma questão pessoal, por não acreditar que pode se filiar a um partido e ter independência para dizer: “*Não quero! Isso não é correto*”. Vejo, por exemplo, a questão do PT. Eu disse a um deputado, quando ele estava votando uma reforma aqui e saiu do plenário: “*O que aconteceu, está tudo bem?*” Ele, branco, disse: “*Estou votando um projeto da Previdência — isso foi no Governo Lula, em 2003<sup>13</sup> — que é contra tudo que eu*

<sup>11</sup> Presidência de Aécio Neves da Cunha na Câmara dos Deputados – 2001-2002.

<sup>12</sup> Presidência de Marco Aurélio Spall Maia na Câmara dos Deputados – 2011-2012.

<sup>13</sup> A reforma da previdência de 2003, durante o governo Lula enfrentou resistência dentro do PT, PCdoB, PSB e PDT. Cf. Reforma racha PT, mas Lula conquista mercado e empresários. *ValorInveste*, 05/09/2016. (<http://www.valor.com.br/valor-investe/casa-das-caldeiras/4700123/reforma-racha-pt-mas-lula-conquista-mercado-e-empresarios>); Reforma da Previdência é aprovada em segundo turno no Senado. *Folha de São Paulo*, 11/12/2003. (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u56352.shtml>).





*acreditei a vida toda. Estou passando mal, cara, venho aqui vomitar e volto para votar”.* O problema do partido é que, se ele tivesse uma ideologia, assim como as Igrejas têm, se ele fosse realmente a ideologia, se as pessoas estivessem voltadas para o outro, seria genial. Mas, muitas vezes, as pessoas se apropriam da máquina do partido e começam a querer que você seja parte de uma engrenagem. Aí você diz: *“Não acredito! Não funciona assim”.*

Todo mundo fala em liberdade de opinião, mas a liberdade de opinião tem um preço razoável, tanto para se exercer como para aceitar que o outro a tenha. Isso vale em relação à sexualidade, em relação à religião, em relação a tudo. As pessoas pregam muito isso, mas, se encontram um *gay* na rua, dizem assim: *“Nossa, tudo o que ele vai dizer é uma porcaria, porque ele é gay”.* Puxa! Quem dera a vida fosse tão fácil assim! Eu digo que todo negro fala bobagem. Então não posso falar com negro. Não é assim! Não é essa pobreza. No relacionamento com as pessoas, há essa coisa empobrecedora. Levando para o campo partidário, há muitas vezes isso. A pessoa diz assim: *“Tudo que ele diz é burrice, porque ele não está no meu partido”.* Lembro de um deputado do PSDB que dizia uma coisa fantástica: *“Toda vez que esse deputado do PCdoB fala, paro para ouvir, porque sei que tem coisas legais para dizer”.* O deputado, inclusive, deixou a vida pública, a vida de deputado, porque as filhas disseram a ele: *“Pai, a gente não quer mais que você seja deputado, porque toda vez a gente é acusada de ser filha de corrupto, e a gente sabe que você não é”.* Para retomar a dignidade em família, vamos dizer assim, ele deixou de se candidatar. Era um indivíduo que conversava com todo mundo, pegava ideias de todo mundo. É uma atitude individual, mas tinha que ser uma atitude partidária.

Há também essa coisa de centralismo democrático, que a Esquerda tem. Por favor, ou é centralismo ou é democrático! Quando eles dizem que a maioria votou em determinada coisa, sobre o consenso, eu sempre digo o seguinte: no linchamento também há consenso. Todo mundo acordou em matar o cara, e o único que é contra é o que vai ser morto. Então, não quer dizer que a maioria produz uma coisa necessariamente boa. Ela, às vezes, está cega, por uma série de outras circunstâncias à volta dela.

Nunca gostei da possibilidade de ser doutrinado. A vivência de muito tempo na Câmara traz essa percepção, você vê as pessoas de uma maneira multifacetada,



porque vê a trajetória política de algumas delas. Você vê grandes líderes e tal que de repente perderem tudo, e aí não são mais nem vistos. Sabe como é? Ganham uma invisibilidade social aqui dentro. É quase como se andassem sem paletó e gravata. Ande sem paletó e gravata! Você ganha uma invisibilidade impressionante. Veja o exemplo do Ulysses Guimarães, que para mim é o símbolo do que é a Casa em termos de reverência ao poder. Tri-Presidente<sup>14</sup>, uma vez, na Constituinte, ele entra no corredor de acesso às galerias. Eu contei no relógio: 1 minuto e meio de gente passando atrás dele, 1 minuto e meio é gente para caramba. Passou a Constituinte. Um dia me passaram uma pauta para fazer, e eu corri para a Comissão. Na hora em que eu corri, entrei naquele corredor das Comissões e quem estava ali em cima? O Dr. Ulysses. Eu abracei o homem para não o derrubar. Dei aquela trombada e o abracei: “Ô, Dr. Ulysses, me desculpe!” Aí ele: “Nada, meu filho, vai tranquilo”. Esse homem estava sozinho, ele já não era mais presidente coisa nenhuma e estava sozinho no corredor. Isso é o que acontece nesta Casa. Vi isso com Luís Eduardo<sup>15</sup> — aquele negócio “Presidente Luís Eduardo” —, no dia seguinte em que foi eleito o Temer<sup>16</sup>, ele passou pelo Salão Verde e veio uma pessoa só falar com ele. Aí eu perguntei para o rapaz da segurança: “Quem é aquele cara?” “É o motorista dele.” Isso é enlouquecedor para algumas pessoas. Se o cara não tiver equilíbrio, complica bastante.

## 6. Os pronunciamentos parlamentares e a mídia

Se você pudesse assistir a uma sessão da década de 1980, nos 5 últimos anos da década de 1980, até o início da década de 1990, você parava para ouvir o deputado, porque os caras tinham realmente coisas para falar. Um pronunciamento era uma coisa pensada, não era o que vemos agora: toma-se o microfone e fala-se qualquer coisa. Não! Havia um sentido. Em um período que chamavam de Oradores

---

<sup>14</sup> Presidência de Ulysses Silveira Guimarães na Câmara dos Deputados – 1956-1957; 1985-1987; 1987-1989. A alcunha de tri-presidente se deve ao fato de ter sido, simultaneamente, presidente da Câmara dos Deputados, presidente da Assembleia Nacional Constituinte e presidente do PMDB.

<sup>15</sup> Presidência de Luís Eduardo Maron de Magalhães na Câmara dos Deputados – 1995-1997.

<sup>16</sup> Presidência de Michel Miguel Elias Temer Luria na Câmara dos Deputados – 1997-1999; 1999-2001; 2009-2010.



da Ordem do Dia<sup>17</sup>, o camarada tinha que fazer um pronunciamento de meia hora, e fazia o pronunciamento de meia hora que era uma coisa! Você dizia: *“Meu Deus, conheci um pedaço do País que eu não conhecia”*.

Sempre brinco com o ex-Deputado Paulo Lustosa<sup>18</sup>: *“Você foi o último deputado Federal, depois a gente só teve ‘Vereador Federal’”*. Era um cara que chegava à tribuna e, se o problema era a seca, falava de todo o polígono das secas, falava de desertificação, das preocupações. E eu dizia a ele: *“Daqui a pouco você não terá mais voto de cearense, porque você fala de tudo, inclusive do Ceará”*. Portanto, foi-se perdendo essa coisa do Deputado Federal. É “Vereador Federal” porque o Vereador está ligado apenas ao eleitor dele. Ele não tem compromisso. No máximo, ele tem compromisso com a Unidade da Federação. Ele não tem compromisso com um projeto de País. Havia pessoas preocupadas com o projeto de País e com sua localidade também.

Eu chegava para assistir a uma sessão — não sei se é porque era muito novo também — e ficava maravilhado. Falava: *“Nossa, que aula estou tomando aqui!”* O Plenário era uma aula. Estou falando isso porque, como eu trabalhava no programa *A Voz do Brasil*, trabalhava direto com pronunciamentos de deputados. Um José Thomaz Nonô<sup>19</sup>, por exemplo, hoje seria algo exótico. Ele era muito bom. Foi-se perdendo isso, de alguma forma. Inclusive, a maneira de se fazer discurso vai mudando à medida que a própria aproximação com a sociedade vai mudando.

Por exemplo, o pronunciamento começava, muitas vezes, na década de 1980, com o que chamamos, em jornalismo, de “nariz de cera”. Ele contava uma história antes e, finalmente, entrava no assunto que queria. Mas era uma história legal. Navegava-se com ele: *“Puxa, aonde é que ele está me levando? Que legal que ele*

---

<sup>17</sup> No Regimento Interno da Câmara dos Deputados de 1972, os oradores do Grande Expediente dispunham de 30 minutos para se manifestarem (Art. 85, § 3º). Atualmente, esse tempo é de 25 minutos, apartes incluídos (Art. 87, caput.), Cf. PACHECO, Luciana e RICCI, Paolo. *Normas regimentais da Câmara dos Deputados do Império aos dias de hoje*. Brasília: Edições Câmara, 2017.

<sup>18</sup> Paulo de Tarso Lustosa da Costa - Deputado Federal, 1979-1983, CE, PDS; Deputado Federal, 1983-1987, CE, PDS; Deputado Federal, 1997-1999, CE, PMDB.

<sup>19</sup> José Thomaz da Silva Nonô Netto - Deputado Federal, 1983-1987, AL, PDS. Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, AL, PFL. Deputado Federal (Congresso Revisor), 1991-1995, AL, PFL. Deputado Federal, 1995-1999, AL, PMDB. Deputado Federal, 1999-2003, AL, PSDB. Deputado Federal, 2003-2007, AL, PFL.



---

*esteja me levando desse jeito*”. Mas era preciso ouvir aquilo para saber o que o pronunciamento dizia.

O último que conseguiu dar um golpe na imprensa foi o Brizola<sup>20</sup>. O que acontecia era o seguinte: ele parava no meio, e o camarada precisava manter o Brizola no ar até concluir. Então, na hora em que ele ia chegar a algo importante, ele parava. E você se perguntava aonde ele iria. Aí ele fazia. Hoje em dia, com certeza, as emissoras colocariam um cortezinho seco nele sem o menor pudor. Mas, na época, não eram autorizados a fazer isso, deviam deixar um ar de naturalidade. Com o Brizola, fazíamos o seguinte: segurávamos mesmo. No meio do negócio, ele parava. Quem ouvisse o Brizola fora desse contexto pensaria que ele era lerdo e falava esquisito. Ele sabia direitinho o que queria, sabia aonde ia chegar, mas queria que fosse do jeito dele.

A partir de certo momento, você começa a perceber — eu percebia bem por ser jornalista e estar no programa *A Voz do Brasil* — que os deputados, quando queriam chamar a atenção, iam ao lide. Eles se tornaram jornalistas também. Hoje em dia, às vezes, você pega o mote em um minuto de pronunciamento. Como você vai fazer um resumo do pronunciamento, se tiver muita pressa e horário de fechamento apertado, é capaz até de resolver o assunto com aquele lide que ele deu. Antes, não, tinha que se ouvir todo o pronunciamento do deputado: onde é que ele vai me levar? Então, perde-se esse “nariz de cera” e vai-se adaptando a uma mídia que era mais seletiva. Por que isso? Porque os deputados começam a se moldar pela mídia. Hoje, os deputados se sentem tão sem poder diante da mídia que já dão o mote logo. Uma vez Adib Jatene<sup>21</sup>, que ficou durante meia hora dando entrevista como Ministro da Saúde, falou, explicou a todo mundo sobre todas as dúvidas e, quando terminou, disse: *“Eu só queria pedir um favor: vejam quais 15 segundos vocês vão tirar de tudo isso que falei”*. Esse é o negócio. Os deputados estavam preocupados com os 15 segundos que vão sair. Você se adaptou, basicamente, a um formato de TV,

---

<sup>20</sup> Leonel de Moura Brizola (1922-2004) foi prefeito de Porto Alegre, deputado estadual e governador do Rio Grande do Sul, deputado federal pelo Rio Grande do Sul e pelo extinto estado da Guanabara, e duas vezes governador do Rio de Janeiro.

<sup>21</sup> Adib Domingos Jatene (1929-2014), médico, foi Ministro da Saúde em duas ocasiões: 1992 (Governo Collor) e 1995-1996 (Governo Fernando Henrique Cardoso).



sobretudo de TV, e rádio. Então, você não estende o raciocínio porque sabe que ele vai se perder.

#### 7. A questão político-econômica do programa *A Voz do Brasil*

O programa *A Voz do Brasil* tem mais de 70 anos. Antes, quando surgiu, era um programa só do Executivo. Em 1962, entrou o Parlamento. São 20 minutos para a Câmara e 10 minutos para o Senado. O minuto do TCU também entrou em um rodízio. Eram três vezes por semana, cada dia um Poder perdia um pedaço, perdia 1 minuto do seu programa para o TCU. Eu já estava no *A Voz do Brasil* como chefe, até participei dessa negociação, mas não lembro quando entra o minuto do TCU<sup>22</sup>.

Em relação à questão obrigatoriedade e audiência, vou lhe dar um dado. Uma vez Arthur Virgílio<sup>23</sup>, então Líder do Governo Fernando Henrique, me falou que havia 20 milhões de pessoas que não tinham outro tipo de informação sobre o Brasil que não fosse por meio do programa *A Voz do Brasil*. Por que isso acontece? Hoje vemos que há toda uma situação, dentro da própria área de comunicação. O rádio tem um faturamento muito baixo, em geral. Produzir notícia é caro. Apesar de haver um percentual definido em lei, que não lembro mais quanto é, para que haja veiculação diária de notícia, as emissoras simplesmente passavam direto por cima e deixavam para o *A Voz do Brasil* fazer isso. As emissoras faziam aquele serviço, que também é importante, por exemplo, de dizer: “D. Marocas, o Sr. Fulano, do Município tal, está dizendo que vai visitá-la amanhã”. Essas coisas são importantes, mas não falavam de Brasil.

O programa *A Voz do Brasil* tinha um poder de informação muito grande para essas pessoas. Por exemplo, o horário de escolha do programa. Por que, quando ele surgiu, no Governo Getúlio Vargas, escolheram 7 horas da noite? Porque às 7 horas da noite todo mundo estava em casa. O rádio era um baita aparelho, desse tamanho, na sala. Sentava-se com a família e, antes de ouvir as radionovelas, ouvia-se *A Voz*

---

<sup>22</sup> Atualmente, o programa *A Voz do Brasil* inicia com o Jornal do Executivo (25min) seguido do Jornal do Judiciário (5 min), Jornal do Senado (10min) e Jornal da Câmara dos Deputados (20 min). O Minuto do TCU é transmitido às segundas, quartas e sextas-feiras, após o Jornal do Executivo, o Jornal do Senado ou o Jornal da Câmara dos Deputados.

<sup>23</sup> Deputado Federal, 1983-1987, AM, PMDB. Prefeito de Manaus, AM, 1989-1993; Deputado Federal, 1995-1999, AM, PSDB. Deputado Federal, 1999-2003, AM, PSDB, Senador, AM, 2003-2011. Foi líder do governo no mandato de 1999-2003.



do *Brasil*. Na medida em que há um processo de urbanização no Brasil, com o tempo, ninguém conseguia mais. Com as cidades crescendo e o engarrafamento, então, o que aconteceu? Esse horário de 7 horas, que não tinha muita importância econômica, passou a ser o último grande horário de faturamento das rádios. Se você olhar o perfil de consumo de mídia por veículo, depois de 8 horas da noite, a audiência da rádio desaba, porque as pessoas chegam em casa e ligam a TV, vão para a Internet ou outras coisas. Então, o último grande horário era esse. Por isso o discurso das emissoras de rádio, dos donos de emissoras de rádio de que *A Voz do Brasil* era uma empulhação do Governo Militar, que tinha sobrevivido. Ninguém falava sobre a CLT, que também era do mesmo Governo Militar. Ninguém falava sobre a Companhia Siderúrgica nacional (CSN), sobre “*o petróleo é nosso*”, sobre a PETROBRAS. Mas sobre o *A Voz do Brasil* sim, porque era o último grande horário de faturamento de rádio.

O discurso vinha pelo viés de liberdade de imprensa. Esse é o problema dos conceitos. Damos o conceito, mas ele é apropriado da maneira que for conveniente. Toda palavra, na verdade, é um conceito vazio, que se preenche com aquilo que se quer. Liberdade para você tem um sentido, liberdade para mim tem outro. Cada um faz o seu sentido. Mas, quando pensamos coletivamente, liberdade tem determinados limites, como não passar por cima do outro. A convivência social estabelece alguns limites à sua liberdade individual para que você tenha uma liberdade coletiva. Eles estabeleceram como parâmetro a liberdade de informação, por isso o programa *A Voz do Brasil* estaria tirando... “*Certo, então vamos negociar francamente? É o horário final de vocês faturarem.*” “*Está bom, vamos ver como nós nos adaptamos a essa nova realidade*”. Nunca foi feito isso e à medida que se perdeu, por exemplo, a fiscalização do Governo Militar isso ficou mais complicado. O DENTEL<sup>24</sup> fiscalizava todas as emissoras que ele podia. Ele tinha um grupo de fiscalização. A ANATEL<sup>25</sup> nem consegue lidar com o telefone, muito menos fiscalizar. E outra coisa: o DENTEL, nesse ponto, era um órgão de poder de Estado. Na ANATEL, você vê que, assim como há Banco Central, essas coisas, ele é o cara que vem do mercado, que passa na esfera pública e depois volta para o mercado. Então, a pessoa acaba ficando nem

<sup>24</sup> Departamento Nacional de Telecomunicações.

<sup>25</sup> Agência Nacional de Telecomunicações.



barro nem tijolo. Ela não é incisiva nas coisas que tem que ser porque muitas vezes pensa: *“Mais tarde eu vou voltar para o mercado, e, se eu for muito feroz com esses caras, eles não vão me empregar lá”*. Há uma diferença de modelos de fiscalização que faz com que, por exemplo, algumas emissoras, na cara dura, antes de haver uma regulamentação qualquer que permitisse, tirem do ar *A Voz do Brasil*.

#### 8. A experiência em *A voz do Brasil*

Eu acho que o formalismo da rádio caiu muito depois da Constituinte. Esse formalismo caindo, deixa você poder fazer um jornalismo que tem uma linguagem mais próxima de quem recebe a informação. Não adianta nada fazer uma coisa linda, cheia de verbos maravilhosos e prolegômenos e, do outro lado, o camarada não entender nada. *A Voz do Brasil* nesse ponto tinha uma coisa interessante. No recesso, tinha entrevistas com os Parlamentares. Então, botava a voz do deputado, explicando determinados temas.

Eu, criança, ouvia *A Voz do Brasil* nesse período, porque achava genial. Eu falava: *“Esse cara está dando um toque legal. Olha só que interessante.”* É claro que tinha muita ingenuidade de criança. Provavelmente, o cara estava me manipulando também em alguns momentos. Mas era legal ter essa possibilidade de contato, ter a voz da pessoa.

Para mim, o mínimo de informação que você tem emocional de uma pessoa é a voz. E o único lugar que você tinha isso era em *A Voz do Brasil*, porque o resto era por escrito. Por escrito você filtra como pessoa, não é? *“Eu acho que esse cara está sendo grosseiro.”* A pessoa não está sendo grosseira, coisa nenhuma. O texto, às vezes, leva-o a interpretações dúbias. Quando a pessoa fala, além da informação, passa emoção. Essa emoção você captura como parte da informação. Então, mesmo que o cara queira lhe manipular, você fala assim: *“Esse cara não falou com muita firmeza esse ponto”*. Então, ele tentou, mas não conseguiu o que ele queria. E o único lugar que tinha era *A Voz do Brasil*.

O programa *A Voz do Brasil* era muito interessante porque, quando eu comecei lá, tinha uma distância enorme entre redação e estúdio. Você sabe como era feita a montagem dos programas de recesso? Era o seguinte: você gravava com o deputado,



mandava para a taquigrafia, a taquigrafia degravava e o redator fazia edição nos textos. Coisa de maluco, não é? Em rádio, isso era absurdo.

Comecei a fazer o seguinte: ia ao estúdio e fazia. Aí meu chefe enlouqueceu: *“Por que você faz isso? A taquigrafia faz”*. Eu falei: *“Mas a taquigrafia faz o formato do Diário Oficial. Tem coisas aqui que quando você monta... Eu estou vendo que tem gente que está reclamando, o pessoal da edição...”* Você mandava um operador fazer o serviço sem supervisão de jornalista. Era a coisa mais doida. Falei: *“Olha, o pessoal está reclamando que está dando distorção. E está dando mesmo, porque às vezes eles têm que se virar lá, fazer um corte lambão”*.

Hoje, você faz usando *software*. É muito mais tranquilo. Na época, você fazia edição de fita. Edição de fita é um negócio assim... É pedreira. Fiz muito. Quem fez TV, por exemplo, com U-matic ainda achou lindo. Mas quem fazia antes de U-matic... Pelo amor de Deus! Era no corte. Era dureza. Então, você jogava o ônus para o operador. Depois, se não desse certo, dizia assim: *“Problema do operador”*. Fui o primeiro cara que saiu e começou a trabalhar em estúdio. Aí você fala assim: *“Mas em programa de rádio não trabalhava em estúdio?”* Não se trabalhava em estúdio. Jornalista era uma classe à parte, fazia rádio longe dos radialistas. Quando falo isso, você pode pensar que sou doido, mas não sou não. Era esse o clima. Fui para lá, comecei a editar entrevista de deputado. O meu chefe me chamou *“Você está editando deputado? Deputado tem que ir na íntegra”*. Eu falei: *“Não, cara, eu estou melhorando, eu estou pegando a informação dele e estou tirando os vacilos que ele dá, umas viajadas e estou botando a coisa mais compacta. Você vai ver que o resultado é muito melhor”*.

Um deputado que não lembro mais qual era o nome, foi um deputado da Bahia que veio no seu primeiro mandato para cá. Ele gravou comigo e falei para ele: *“Deputado, são 3 minutos”*. Aí ele gravou 7 minutos, e fui idiota de ser franco e falar: *“Deputado, eu vou ter que editar”*. *“Não, de jeito nenhum, porque eu fui presidente da assembleia baiana, isso não se faz, lá o que eu falava saía e não sei o quê”*. Aí senti que aquela discussão não ia acabar nunca e falei: *“Está bom, deputado. Tudo bem, eu concordo com o senhor. Está certo, o senhor que manda”*. Entrei no estúdio e editei tudinho do jeito que eu queria. Ele voltou um mês depois e falou: *“Você está vendo? Você queria editar, o pessoal lá ouviu na minha terra e disse que eu estava brilhante”*.





Quando se fala em edição, normalmente, as pessoas têm a ideia de uma coisa safada, de omissões, de subtrações que se faz. Eu pegava assim: o que está ruim aqui nesse negócio? Não está explicado direito, vamos tirar esses pedaços, porque aí a informação flui. Entendeu, é só isso. Você tinha um rito que era o de respeitar o deputado falando, mesmo que ele gaguejasse, que ele delirasse, você botava tudo no ar. Para quê?

Eu achei legal porque fui mudando certos parâmetros, ao longo da minha permanência lá, em silêncio, não é aquele negócio assim: “*Eu fiz!*” Não, isso não dá placa nem em ponte, não dá placa em lugar nenhum. Mas você vai fazendo, aquele negócio, a palavra “deputado” você tira, então, vai mais a informação do que o título de nobreza do cara. Nessas coisas todas, vai-se fazendo pequenos ajustes ao longo de todo um tempo que, quando se termina, diz-se assim: “*Poxa, que legal! Eu fiz essa caminhada*”.

#### 9. As condições de trabalho em *A voz do Brasil*

As condições de trabalho eram horríveis. Você tinha um Akai, que era um gravador maravilhoso, desses que faliu a empresa porque era tão bom que não dava manutenção. Mas você tinha uma mesa de som Elpa, que era uma mesa horrorosa, pelo amor de Deus! Você abria a mesa, encontrava transformador dentro dela, umas coisas de louco, os botões de vez em quando saltavam. A Câmara fazia umas compras que pelo amor de Deus! Então, você tinha um equipamento horroroso.

Há situações que a gente viveu. Por exemplo, um dia a NOVACAP<sup>26</sup> resolveu fazer uma obra. Beleza! O que passou? Passou o trator em cima do fio de transmissão da linha telefônica que ia da Câmara até a *RADIOBRÁS*<sup>27</sup>. Aí o que aconteceu? A gente tinha feito o teste perto das 4 horas da tarde, e, perto das 5 horas, cortaram os fios. Tudo pronto? Tudo pronto, testado, deixamos o programa no ponto, a fita gravada legal e solta. Soltou. Cadê o áudio? Naquela época, a solução que o Arlindo, que era o operador, arrumou foi a seguinte: tirou o bocal, “jumpeou” no bocal do telefone, depois de ter discado para a *RADIOBRÁS*, e passou por telefone. Ele perdeu 5 minutos de programa.

<sup>26</sup> Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

<sup>27</sup> Empresa Brasileira de Comunicação.



Então, você trabalhava no limite do limite, porque tinha que ter um sistema alternativo de transmissão. Se o sistema de linha muda falhou, entra-se com ele. Não tinha nada, era realmente dureza, era muito difícil. Em rádio, se costuma dizer assim: se você tem um, você não tem nenhum. O que acontece é que o seu principal pode falhar e, se não tiver um *backup*, lascou-se, não vai conseguir aquela informação com facilidade. Nesse período meio heroico, era legal se chegar no final do dia e dizer assim: “*Escapei, sobrevivi*”. Mas, com isso, se tinha muitas perdas eventualmente.

10. O desconhecimento da função de uma constituinte e a manipulação do povo pelos meios de comunicação.

Assim que nós começamos a trabalhar na Constituinte, o primeiro problema foi o seguinte: havia muita ignorância sobre o papel de uma Assembleia Nacional Constituinte por parte da população. Acabou sendo uma eleição como outra qualquer, ou seja, elegemos gente que prometia tampar buraco de rua para ser o legislador, para ser o cara que iria construir uma nova Carta Magna. Na verdade, se explora a eterna ignorância que existe, porque, quando se constrói um modelo excludente, como existe no Brasil, a exclusão não é só econômica, ela é também de informação, é também de educação, de uma série de coisas, não só de bens de consumo. Há pessoas que dizem assim: “*Existe exclusão porque o camarada não vai poder ir à praia toda vez que ele quiser nas férias*”. Não é isso! É o modelo de você dar, por exemplo, educação à pessoa, porque a pessoa que pensa não é enganada com facilidade. Você não compra o voto de quem tem formação dando uma bota, pintando um muro — é bem diferente. A pessoa tem noção do que quer como País, com um conceito maior do que simplesmente ser mantido ao nível da sobrevivência. Quando você está mantido ao nível da sobrevivência, o camarada vem e oferece uma cesta básica ou alguma coisa, troca isso por um voto. Ele não tem a menor noção de consequência, do que vai acontecer. Ele troca! Ele precisa comer! O problema da desigualdade é este: é criada uma capacidade de manipulação de uma massa enorme da população por conta da ignorância, e usando os veículos de comunicação. Criam aquele negócio assim: ah!



Eu me lembro bem do Alceni Guerra<sup>28</sup>. Ele era chamado de todo nome feio, mas Alceni Guerra foi um cara que simplesmente contrariou os interesses da *Globo* porque quis trazer para a esfera nacional um modelo de educação que o Brizola havia colocado no Rio de Janeiro. Quando ele se aproximou do Brizola no Rio, que era o horror do Sr. Roberto Marinho, passou a ser bombardeado de todo jeito, a ponto de haver uma charge do Chico Caruso. Esta é uma das poucas charges que ele tem remorso de ter feito. Houve uma hora em que o Alceni era muito perseguido. Há uma réplica da Ponte Costa e Silva dentro do Parque da Cidade, e eu o vi andando com o filho dele de bicicleta. Eles cansaram tanto de ser perseguidos que o Alceni saiu da bicicleta, sentou-se na calçada ao lado do filho e disse a ele: *“Calma! Calma, não fica assim chateado. A gente vai conseguir passar por isso tudo”*. E o Chico Caruso<sup>29</sup> pega essa foto e coloca uma tarja preta no rosto do menino, que não tinha culpa nenhuma. Ele tratou o menino como a imprensa tratava, na época, foto de meliante, de marginal, que, às vezes, nem marginal era. Então, fica muito mais fácil de manipular.

#### 11. O modelo político que origina a Constituinte

A Constituinte foi muito construída em cima do modelo antigo. Você pode dizer assim: *“Você vai criar uma Constituição que vai romper com o modelo ditatorial”*. Tudo bem! Só que está construindo em bases do modelo ditatorial. As pessoas que estavam no ARENA<sup>30</sup> foram para o PDS<sup>31</sup>. Mudaram de nomenclatura, mas não mudaram de opinião, nem mudaram de atitude. Então havia isso que acabou sendo organizado onde? No Centrão<sup>32</sup>!

---

<sup>28</sup> Deputado Federal, 1983-1987, PR, PDS. Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, PR, PFL. Deputado Federal, 2007-2011, PR, PFL. Ministro da Saúde, 1990-1992; Ministro da Criança, 1991-1992; Prefeito, Pato Branco/PR, Partido: PFL, Período: 1997 a 2000. Foi denunciado pela mídia por compra superfaturada de bicicletas para agentes de saúde em 1991, mas o caso se revelou posteriormente como um erro, tendo Alceni Guerra sido inocentado de todas as acusações. Cf. ELEGANCIA, E. Quando a mídia vira escândalo: a cobertura dos casos Alceni Guerra e Ibsen Pinheiro (1991-1993). Tese. PUCSP. 2013.

<sup>29</sup> V. Jornal O Globo, domingo, 8 de dezembro de 1991.

<sup>30</sup> Aliança Renovadora Nacional

<sup>31</sup> Partido Democrático Social.

<sup>32</sup> “Grupo suprapartidário com perfil de centro e direita criado no final do primeiro ano da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 para dar apoio ao presidente da República José Sarney”. CENTRÃO. CPDOC. FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/centrao> Acesso 24/10/2017.



O que aconteceu é que os caras tinham medo da Esquerda. Hoje você fala assim: *“Ah, medo do PT!”*. O PT<sup>33</sup> era mínimo. Era, assim, uma gotinha. Eu não lembro, eu acho que eram 36 deputados<sup>34</sup>, talvez nem isso. Eu acho que era mais ou menos isso. Não me lembro mais da bancada, mas era mínimo. O Genoíno<sup>35</sup>, que hoje é crucificado, é o ladrão do Mensalão<sup>36</sup>, foi um cara preciosíssimo nesse momento — preciosíssimo. Conversando com ele depois, falei assim: *“Engraçado, eu tenho você — talvez porque fosse muito novo — como um herói, porque você sozinho peitava aqueles caras, no berro, com um monte deles. Você estava cercado de Centrão por todos os lados e ainda conseguia comover alguns!”*

Outra coisa interessante foi gente que entrou na Constituinte para uma determinada missão. Havia muito isto: o empresário carregava um político para que o político resolvesse o problema dele. Hoje nós temos muitos empresários que vêm aqui resolver o problema diretamente, mas, na época, não, havia esse conceito de o empresário votar no político, e o político resolver o negócio dele. Estou lhe falando isso porque houve um deputado que me contou algo e que não voltou mais. Quando terminou a Constituinte, ele disse assim: *“Humberto, o cara que me financiou me pediu para fazer um monte de coisa aqui, e eu só fiz aquilo que achava legal. Por isso ele me disse que não vai mais me dar dinheiro para voltar”*. Veja: esse é o clima que havia na época.

Por isso disse que, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, havia essa dicotomia ideológica, que não era, na verdade, esse preto e branco de hoje. Tínhamos valores maiores em discussão. Você pega a dicotomia criada artificialmente pela ditadura: ARENA e MDB<sup>37</sup>. Dentro do MDB, você tem todas as tendências de qualquer grupo que tenha ficado excluído ou a que o próprio Governo militar tenha dito assim: *“Cara, você vai para o MDB. Você vai ser MDB porque preciso que você seja oposição, para*

<sup>33</sup> Partido dos Trabalhadores.

<sup>34</sup> O PT elegeu 16 deputados constituintes.

<sup>35</sup> José Genoíno Neto - Deputado Federal, 1983-1987, SP, PT. Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, SP, PT. Deputado Federal, 1991-1995, SP, PT. Deputado Federal, 1995-1999, SP, PT. Deputado Federal, 1999-2003, SP, PT. Deputado Federal, 2007-2011, SP, PT. Deputado Federal, 2011-2015, SP, PT.

<sup>36</sup> Escândalo de corrupção política com compra de votos de deputados para apoiar o governo durante o primeiro governo Lula. V. PEREIRA, C.; POWER, T.; RAILE, E. Presidencialismo de Coalizão e Recompensas Paralelas. In: INÁCIO, Magna; RENNÓ, L. (Org.). *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

<sup>37</sup> Movimento Democrático Brasileiro. O MDB foi sucedido pelo PMDB.



a gente dizer que há bipartidarismo aqui”. Então, há gente que foi empurrada para o MDB pela ditadura. Outros foram se abrigar, feito os comunistas, dentro da sigla. Então, você tinha uma sopa ali dentro com várias direções. E, dentro da ARENA, tinha o esfacelamento da ARENA, porque era malvista, foi virando PDS, e tinha também muita gente que pensava bem, com riqueza de argumentos. Hoje há um “salve-se quem puder” desgraçado aqui — pelo amor de Deus! As pessoas perderam completamente a noção de ética, de comportamento de grupo. Elas vão para se salvar como se estivessem às vésperas do fim do mundo ou passando por uma fome terrível. As pessoas se animalizam nessas condições extremas. Você sabe que a civilidade, na verdade, é um verniz fininho, arranha fácil. E embaixo está o animal todinho. Essa disputa ideológica trazia sempre uma busca por coisas maiores do que o indivíduo, e as pessoas se comoviam com isso.

## 12. A Câmara como suporte da Constituinte

A Câmara assumiu muito dos trabalhos na Constituinte. Sinceramente, acho que no Senado tinha mais emprego do que trabalho. Na verdade, as pessoas se empregavam, mas não trabalhavam. Não havia explicação. Quando se fez um concurso, por exemplo, para jornalista no Senado — nossa! —, lembro que o *Estadão* fez um levantamento. Havia 200 jornalistas dentro do quadro do Senado. Era mais ou menos esse o número. Era um número espantoso. Onde estão esses caras? Por que vocês precisam fazer concurso? E nós não tivemos ajuda nenhuma. No caso do *A Voz do Brasil* — que virou *A Voz da Constituinte* —, ele foi todo feito pelo pessoal da Câmara. A taquigrafia, basicamente, era do pessoal da Câmara. A segurança de plenário foi toda feita pelo pessoal da Câmara. Foi muito engraçado o que aconteceu, por exemplo, com o Deputado Paulo Delgado<sup>38</sup>. Como você tinha certos mitos de urbanidade, vamos chamar assim, sobre como se comportar, certas vestes são como parte do rito, quase como se fosse uma toga para o juiz. Tinha-se que entrar de terno. O Paulo Delgado vinha de paletó jeans, calça jeans e tal e tentava entrar. Esse foi um dos pontos que gerou confusão na segurança da Constituinte, porque quando o

---

<sup>38</sup> Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, MG, PT. Deputado Federal (Congresso Revisor), 1991-1995, MG, PT; Deputado Federal, 1995-1999, MG, PT. Deputado Federal, 1999-2003, MG, PT. Deputado Federal, 2003-2007, MG, PT. Deputado Federal, 2009-2011, MG, PT.



peçoal do Senado via, barrava o Paulo Delgado toda vez. E a segurança da Câmara passou a ser a segurança de plenário da Constituinte, porque não dava, eles erravam toda hora. Quando começamos a Constituinte — vou falar mais da esfera da Comunicação, onde fiquei —, o Senado não tinha condição alguma de produzir o *A Voz do Brasil*. Eles tinham uma área de imprensa inteiramente desmontada. O programa *A Voz do Brasil* passou a se chamar *A Voz da Constituinte*, e passou a ser feito pela equipe do *A Voz do Brasil* da Câmara. Também o *Jornal da Constituinte*, rodado no Senado quinzenalmente<sup>39</sup>, era muito interessante, porque você via bem que o Senado não tinha nada a oferecer para a gente. Eles tinham um chefe muito bom, mas ele estava perdido lá.

### 13. A guarda precária dos documentos

A biblioteca da época fez um trabalho ótimo. Todo mundo chamava o CEDI<sup>40</sup> de biblioteca. E, olhe, biblioteca para mim é um nome muito mais carinhoso. Eu vinha aqui como estudante, e as bibliotecárias me tratavam superbem. Eu falava: “*Eu tenho que estudar um negócio aqui da Grécia*”. E elas me traziam os livros. Era uma gracinha! Era apaixonado pela biblioteca. E a biblioteca passou a ter um nome que, para mim, é muito mais amoroso do que CEDI. CEDI não quer dizer nada para mim.

Acho que já falei com você, antes desta entrevista, sobre o limite de percepção do que era, de fato, documento. Se você pegar a Biblioteca de Alexandria, lá não havia só papiro, caramba! Eles tinham uma percepção de que várias formas te trazem conteúdos que valem a pena ser guardados.

A Casa, porém, não tem guardada *A Voz do Brasil*. Eles simplesmente não aceitavam isso como documento. Documento era aquilo formalizado. Como não havia um timbre oficial no programa *A Voz do Brasil*. Você não vai conseguir colocar um timbre num programa de áudio. Eu, quando fui chefe do programa *A Voz do Brasil*, falei: “*Me mande porque eu quero guardar*”. “*Ah, nós não temos recurso*”. Isso já não era nem o CEDI em si.

<sup>39</sup> O *Jornal da Constituinte* era veículo semanal editado sob a responsabilidade da Mesa Diretora da Assembleia Nacional Constituinte.

<sup>40</sup> Centro de Documentação de Informação da Câmara dos Deputados.



O CEDI poderia ter capitaneado esse processo, mas não capitaneou, talvez até porque cada um tinha noção de que não integrava um todo, mas partes. Então, era a COAUD<sup>41</sup> que não dava fita para que nós arquivássemos isso. Mas mesmo que tudo fosse arquivado, se corria riscos de vazamento de água, por exemplo. Infiltrações vazavam no programa *A Voz do Brasil*, e nós perdemos muitos programas assim.

No *Jornal da Constituinte* havia uma coisa interessante: depois de certo número de edições — eu não lembro mais quais —, tivemos a ideia de pegar grandes nomes, levá-los para o estúdio do programa *A Voz do Brasil*, gravar o debate e levar para a taquigrafia degravar. A taquigrafia recebeu mais esse serviço. Depois de degravado o material, ele voltava para os jornalistas, que o editavam no formato de jornal. Essas fitas foram mandadas para o CEDI e viraram nada. Sabe por quê? Um ou dois anos depois, ou pouco depois do final da Constituinte, devolveram todas essas fitas. Na época, houve uma preocupação da ADIRP — Assessoria de Divulgação e Relações Públicas, que hoje é a SECOM<sup>42</sup>. Alfredo Obliziner, o diretor da ADIRP<sup>43</sup> — ele sofreu muito com esse sobrenome. As pessoas muitas vezes se atrapalhavam, coitado, com esse sobrenome, mas ele era muito legal —, teve essa preocupação. “*Não, isso é documento. Esses caras estão falando aqui para a gente coisas que, às vezes, no plenário, eles não falam. Vamos botar esse negócio.*” Ele mandou todo esse material, eu lembro disso, para o CEDI, e a biblioteca o devolveu numa caixa de papelão imunda, tudo grudado, não sei onde tinha ficado, e disse assim: “*Isso não nos interessa e não vamos guardar. Virem-se aí.*”

Nós tínhamos só o estúdio do programa *A Voz do Brasil*. Não tínhamos onde guardar o material. Lembro que arrumei um jeitinho de colocar o material num armário e falei: “*Não mexam nisso aqui, não. Algum dia nós vamos poder trabalhar esse negócio.*” Só que houve um vazamento de água. Se você acompanhar a construção desse prédio do Anexo IV, vai ver que ele tinha um negócio chamado Barbará<sup>44</sup>, que era um cano de ferro fundido. Então, a tubulação dele era de ferro fundido, que ia

<sup>41</sup> Coordenação de Engenharia de Telecomunicações e Audiovisual da Câmara dos Deputados.

<sup>42</sup> Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados.

<sup>43</sup> Também Editor do *Jornal da Constituinte*.

<sup>44</sup> Tubos Barbará que levam esse nome em homenagem ao primeiro produtor dos tubos, dono fundador da Metalúrgica Barbará, em 1937, na cidade de Caeté, Minas Gerais. Cf. <http://www.hidramaco.com.br/tubos-barbara.php> Acesso: 24/10/2017.



oxidando. Ainda era pior quando se jogava o tal do Diabo Verde<sup>45</sup>: tudo se desintegrava mesmo. Ele corroía e vazava. E foi o que aconteceu dentro do estúdio do programa, sem que percebêssemos. Um dia, quando abrimos aquele armário, estava tudo colado, imundo, molhado, e perdemos toda a documentação. Mas se tivessem noção de que aquilo era um documento, talvez tudo estivesse até hoje aí.

Não sei se isso teria tanta importância em um País como o nosso. Quando, por exemplo, Bernardo Cabral<sup>46</sup> conseguia acordo para que fossem votados determinados temas polêmicos, ele dizia assim: *“Nós estamos votando isso, mas, para o legislador do futuro, fica caracterizado que, em nosso entendimento, esse artigo está sendo votado com esse sentido”*. O Supremo Tribunal Federal, Corte Constitucional, nunca usou esse material, talvez por sua prepotência, arrogância de achar: *“A partir de agora é comigo. Não tenho nada a ver...”* Mas ele é um poder originário, e isso faz parte do poder originário. É claro que você vai, doutrinariamente, dentro do Direito, ter desculpas imensas para não usar isso, mas, meu Deus, você está trabalhando com um conceito que está sendo explicado.

Na verdade, se tem o seguinte: como é que se trabalha como elite? A primeira preocupação sua é apropriar-se das leis e das normas. Portanto, você tem que ter um bom domínio do Parlamento. Primeiro, se cria as regras que lhe interessa. Depois, a interpretação das regras também tem que seguir aquilo que lhe interessa. Portanto, você bota nas Cortes Superiores do País juízes indicados — você não tem juiz concursado —, porque se quer ter certeza de que a interpretação vai ser do jeito que lhe interessa. O Centrão entra aí: construir o que a elite achava que ia ser uma garantia para os direitos, como, por exemplo, o direito de propriedade. A função social da terra — nossa! — criou desespero aqui! E você vê que, na verdade, eles aceitavam certas coisas sendo aprovadas, colocando vírgulas e “na forma da lei”. “Na forma da lei” quer dizer o seguinte: nós nunca vamos mexer nisso. Era uma estratégia, óbvia, para se fechar acordo.

---

<sup>45</sup> Marca de um desentupidor de ralos e vasos sanitários composto por hidróxido de sódio, cloreto de sódio, nitrato de sódio, barrilha e alumínio da empresa Novel do Brasil.

<sup>46</sup> Deputado Federal, 1967-1969, AM, MDB. Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, AM, PMDB. Ministro da Justiça, 1990. Senador, AM, Partido: PFL, 1995 a 2003. Relator da Constituinte.





#### 14. A mobilização popular na Constituinte

O que acontece é que a mobilização popular foi muito grande e empareudou certas pessoas que antes estavam acostumadas a manipular o eleitorado ou a não sentir a presença desse eleitorado, a não ser na eleição. Foi a presença das pessoas aqui dentro. Sabe? Eu sabia, quando vinha para a Câmara quando criança, que neste lugar as pessoas se vestiam de uma maneira adequada, com terno — não era paletó e gravata. De repente, na Constituinte, entra um índio aqui. As pessoas começaram a entrar. O índio entrou no plenário para discutir. Os movimentos vinham aqui dentro. Quando vem um índio e se pinta no plenário<sup>47</sup> e fala da realidade do indígena, você não está falando de um cara que mora lá em deus me livre, nem de quem não conhecemos; o cara está ali na sua frente.

Sabe que existe uma técnica de se conseguir criar na pessoa uma noção de inimigo quando não se apresenta o inimigo, quando não se dá nome ao inimigo. Se sou seu inimigo, quando começar a te chamar de Rildo, não tenho mais condições de matar você. Entendeu? Então, essa identidade foi ficando muito próxima: as pessoas tomaram conta do processo constituinte participando de verdade — movimentos organizados, sem dúvida. Não era toda a população que participava. Durante muito tempo, neste País — e de certa forma ainda ocorre — a população foi mantida na ignorância. Então, ela não sabe direito para que lado ir, mas muita gente foi aprendendo, durante esse processo, e foi participando de forma muito legal.

Artur da Távola<sup>48</sup>, por exemplo, foi um cara que conseguiu superar expectativas. Primeiro, ele era um cara genial, mas ele era visto como o intelectual que a *Globo* colocou como relator da parte de comunicação e, portanto, vai parecer que é a Esquerda, porque ele foi um perseguido, nós o abrigamos, mas, ao mesmo tempo, ele é defensor dos interesses da gente. A briga ali foi feroz — foi feroz —, porque o objetivo era aumentar o tempo de permanência da concessão antes de ser revisada, manter as concessões que já existiam, uma série de coisas. Essa era uma

---

<sup>47</sup> Ailton Krenak, ao discursar defendendo emenda popular referente aos direitos indígenas no plenário da Assembleia Nacional Constituinte, em 4 de setembro de 1987, pintou o rosto com tinta preta de jenipapo.

<sup>48</sup> 1936-2008. Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, RJ, PMDB. Deputado Federal, 1991-1995, RJ, PSDB. Relator da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Colunista do Jornal O Dia; Comentarista da Rádio Globo; Comentarista e Produtor de Programas Culturais na TVE e Rádio MEC, RJ.



guerra muito pesada. De outro lado, tinha gente que queria regionalização da produção, transparência no processo de distribuição das concessões. O que o Artur fez? Eu falo com intimidade, porque o conheci muito bem, conversava muito com ele e gostava muito dele. Ele fez o seguinte: não fechou um relatório; entregou os dois relatórios: o da Direita e o da Esquerda. E deixou o plenário decidir. Isso é importantíssimo. Às vezes tem gente que pensa que é uma omissão, mas não é, porque a omissão seria se fechasse os olhos e matasse o relatório da Esquerda, porque a Esquerda era menos numerosa. Ele fez uma coisa brilhante, na minha opinião: deixou o Plenário se manifestar sobre cada um dos tópicos.

Só tendo vivido o processo para entender como essa coisa era bonita; como era bonito ver as pessoas mudando de posição: *“Caramba, essa pessoa enfrenta essa necessidade, eu não sabia. Esse cara era um número para mim, era um eleitor, de tantos eleitores que eu tenho”*. Sabe, é um processo muito interessante que acho que hoje não teria condições de se repetir.

#### 15. Temas polêmicos da Constituinte

O sistema de governo foi uma coisa horrível. Primeiro, porque aquilo foi uma votação comprada. Não tem outro verbo. Até hoje se diz isso com todas as letras. O Sarney<sup>49</sup> queria manter 5 anos no mandato, queria manter o presidencialismo e simplesmente foi lá e comprou os caras. Se você diz que uma coisa é tão boa, por que você precisa comprar os caras? Parece essa coisa da Previdência<sup>50</sup>! Se é uma coisa tão boa para o País, por que você tem que ficar adulando a base, dando cargo, dando emenda Parlamentar? Entendeu? Se é tão boa, ela é boa por princípio; ela não precisa ser objeto de barganha. Por princípio, ela é uma coisa boa. Essa votação foi horrorosa, porque era sabido que aquele era um governo de transição e, portanto, se estava caminhado para um governo democrático. O Sarney estava carimbadíssimo como figura da ditadura. Portanto, tinha que ir embora para que se pudesse dizer que

<sup>49</sup> José Sarney de Araújo Costa, nascido José Ribamar Ferreira de Araújo Costa. Deputado Federal, MA, 1956, 1957 e 1959-1966; Governador, MA, 1966-1970; Senador, MA, 1971-1985; Presidente da República, 1985-1990; Senador, AP, 1991-2015.

<sup>50</sup> PEC 287/2016 - Proposta de Emenda à Constituição – Autor: Poder Executivo – Apresentação - 05/12/2016. Ementa: Altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências.



o processo foi concluído. Mas o osso é muito bom de roer. Não o largam. Então, essa votação de forma de Governo e de sistema foi um horror, para mim foi a coisa mais triste. A distribuição de concessão de emissoras de rádio foi também um negócio absurdo, completamente fora do controle.

Mas há coisas que nesta Constituição foram geniais. O art. 5º é uma carta de princípios, de convivência com a sociedade. É uma coisa muito bonita aquele artigo. Muita coisa passou também “na forma da lei”, com o objetivo de não ser aplicado. Estou lhe dizendo isso com base em uma coisa. Fui uma vez gravar com o Delfim Neto<sup>51</sup>. Aí entrei no gabinete dele — imagine um menino — e me sentei. Ele estava falando sobre o artigo da Constituição que prevê um auxílio social para as famílias carentes que têm um filho com deficiência<sup>52</sup>. Aí ele, ao telefone, dizia assim: “*Por que eu votei isso? Porque eu gosto de parecer bonzinho*”. Entendeu? O cinismo era uma marca, porque você sabia que, para aquilo ser efetivamente completado, ele dependeria, obviamente, de uma lei complementar, que nunca se saberia quando iria ao ar. Então, havia esses processos, que, evidentemente tinham o objetivo de mitigar, aplacar uma demanda social e, de fato, não dar a coisa, mas o princípio é muito bonito; o art. 5º é muito legal.

Outra coisa que acho que foi fundamental foi o meio ambiente. O Fábio Feldmann<sup>53</sup> foi uma figura especial nesse processo de Constituinte. Ele era um cara que tinha uma visão de equilíbrio ecológico, essas coisas que, na época, eram entendidas como delírio — “*Tudo bem deixem esse cara delirar sozinho*”. Hoje esse entendimento é essencial. Ele percebia isso. Foi tão engraçado uma vez. O Fábio chegou para mim e disse que queria conversar comigo. Pediu para eu me sentar perto dele. Isso era no plenário, no local dos deputados, e o Sabino<sup>54</sup>, Diretor-Geral, estava ali do lado. Aí eu disse: “*Eu não posso. O Diretor está aí do lado*”. Eu apontava só com o dedinho, assim. “*Ele está aí do lado. Eu não vou poder sentar.*” O Fábio dizia: “*Senta,*

<sup>51</sup> Antônio Delfim Netto. Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, SP, PDS. Deputado Federal (Congresso Revisor), 1991-1995, SP, PDS. Deputado Federal, 1995-1999, SP, PPR. Deputado Federal, 1999-2003, SP, PPB. Deputado Federal, 2003-2007, SP, PPB. Ministro de Estado da Fazenda, 1967-1974; Embaixador do Brasil na França, 1975-1978; Ministro de Estado da Agricultura, 1979; Ministro de Estado do Planejamento, 1979-1985.

<sup>52</sup> Seção IV – Da Assistência Social; Art. 203, Inciso V.

<sup>53</sup> Fábio José Feldmann. Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, SP, PMDB. Deputado Federal, 1991-1995, SP, PSD. Deputado Federal, 1995-1999, SP, PSD.

<sup>54</sup> Ademar Silveira Sabino. Diretor-Geral da Câmara dos Deputados – 1983-2001.



*Humberto! Senta aqui! Eu estou precisando falar com você, cara!*” Eu dizia: “*Mas, Feldmann, putz...*”. Ele dizia: “*Senta, vai, para de frescura*”. Aí sentei. E veio o Sabino, claro. Antes que o Sabino abrisse a boca, o Feldman disse assim: “*Sabino, está comigo, tá?*” E eu falei assim: “*O Sabino vai me matar. Algum dia o Sabino vai me pegar*”. O Feldman era um cara que foi essencial para se entender que o meio ambiente é uma parte integrante da vida.

Outra coisa que foi muito legal foi o Sistema Único Descentralizado de Saúde — SUDS, que virou SUS<sup>55</sup>, depois, com o tempo, e que abria a possibilidade de haver um sistema público universal, que atendesse às pessoas não porque elas tinham uma carteirinha de um determinado lugar. Porque todo o mundo fala assim: “*Ah, mas já existia sistema público*”. Sim, mas você tinha que chegar com a carteirinha de saúde, para mostrar que você tinha um vínculo com alguém. Essa história acabou com a Constituinte. Então, há coisas que, para mim, em termos sociais, foram muito importantes.

#### 16. O modelo brasileiro de constituição

Acho que uma Constituição não pode ser estática. A verdade é essa. Só pode ser estática quando ela estabelece princípios. O que havia de fato, quando se começou o processo Constituinte? Era o seguinte: “*Vamos botar tudo nesta Carta, porque pode ser tudo jogado fora no dia seguinte*”. Ou seja, “*Vamos garantir o direito à liberdade e também isso, isso, isso*”. E foram enchendo a Carta. A Carta foi ficando enorme. Tem gente que fala assim: “*Ah! a Carta dos Estados Unidos*”. Aquele é um modelo esquelético de Carta, por favor. O nosso foi um modelo que saiu de uma época de exclusão, de violência, de força, de truculência, em que as pessoas queriam mudar. Então, “*Vamos botar na Carta, porque aí fica difícil de mudar*”.

Na verdade, era uma crença um pouco ingênua, porque, toda vez que houve ditadura de verdade, a primeira vítima foi a Constituição, mas a crença era de que se estavam começando naquele momento, deveriam colocar tudo na Carta. Aí botaram tudo, a Direita e a Esquerda. Tanto a Esquerda queria direitos sociais quanto a Direita queria direito de propriedade. Ou seja, “*Vamos deixar esse negócio de juro passar,*

---

<sup>55</sup> Seção II – Da Saúde. Art. 198.



---

*mas também nunca vamos regulamentar. Bota aí*". E foram comendo. Então, a Carta ficou uma mistura muito grande.

E tem outra coisa. Com isso, você corre o risco sempre grande de ela perder a atualidade, porque o princípio está lá na Constituição, está amarrado, a coisa já deixou de ser. Existe a palavra "telegráfica" na Constituição: "A *correspondência telegráfica...*"<sup>56</sup>. Quem usa telégrafo hoje? Então, de certa forma, esqueceu-se que somos superados pelo tempo; que somos parte de um processo histórico e o processo histórico é isso: uma construção permanente.

Acho que, se ela tivesse sido uma Carta de princípios mesmo, teria sido uma Carta que teria durado mais. Provavelmente, também teria sido alvejada com mais facilidade. Por exemplo, existem condições de compor maiorias eventuais que mudam a lei complementar, mas uma maioria para mudar o texto da Constituição é muito complicado. É muito difícil se organizar isso, ter uma base de apoio desse porte para mudar. Então, ela se tornou muito complicada. E, com o sistema fragmentado de partidos que você tem no Brasil, sobretudo de partidos que não são ideológicos como os das décadas de 1980, 1970, 1960, mas sim construídos, muitas vezes, para atender a interesses pessoais, acaba tornando aquilo um mercado persa. Então, não se tem um projeto, na verdade; se compra apoio para um projeto. É uma coisa triste de se ver a longo prazo.

A Constituinte foi um momento lindíssimo neste País. Só quem viveu aquele momento de transição, seja com o Verão da Lata<sup>57</sup>, só quem viveu aquela década de 1980, da transição. Por isso, muita gente tem saudade e localiza isso na música, porque a música traz muitas coisas que, naquela época, foram importantes. Aquele foi um momento de soltura, de um período em que, mais do que simplesmente a ditadura da força, houve a ditadura da ignorância. Você formou um monte de ignorantes, porque quem pensava acabava morto, preso ou exilado. Então, você ceifou a capacidade de pensar das pessoas durante muito tempo. E a Constituinte

---

<sup>56</sup> Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Art. 5º, Inciso XII; Título V – Da defesa do Estado e das Instituições Democráticas, Capítulo I – do Estado de Defesa e do Estado de Sítio, Seção I – Do Estado de Defesa, Art. 136, § 1º, Inciso I, letra c.

<sup>57</sup> Em 28 de setembro de 1987, os jornais noticiam que no litoral de São Paulo e Rio de Janeiro apareciam boiando latas com um pouco mais de 1kg de maconha. V. "Memória: 'Verão da lata' vira documentário". Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/memoria-verao-da-lata-vira-documentario-14761459> Acesso: 25/10/2017.



teve esse problema: houve um prazo muito curto para se criar uma massa crítica que permitisse entender melhor o que vinha pela frente e o que estava acontecendo. Você tinha o foco no retrovisor: era o que nós não queríamos mais. Muitas coisas são assim. Queremos um SUS. Tudo bem, era para frente. Mas por que queremos um SUS? Porque não queremos mais aquele sistema de saúde vinculado a isso. Entende? Não se teve tempo e não teve gente pensando a respeito. Por isso, até, às vezes se defendia a Constituinte dos notáveis. Mas aceitar os notáveis era atender a um projeto de elite, pois não se teria essa movimentação toda que houve aqui.

Por isso que eu estava falando da questão da roupa aqui dentro. Você quebra um protocolo e quebra um parâmetro que tinha antes, de as pessoas não poderem entrar no Congresso. Você não entrava com facilidade aqui. De repente, entra um grupo enorme de pessoas que vai para o plenário para bater palma e dizer: *“É isto que a gente quer”*. E os deputados se sentiam terrivelmente pressionados por um plenário cheio, por uma arquibancada lotada, um estádio. Houve esse tipo de pressão que você pôde exercer diretamente sobre eles. Eu lembro de um episódio — acho que não foi na Constituinte — em que houve chuva de moedinhas nos deputados, como se dissessem: *“Vocês foram comprados”*. É que não havia filmagem na época, então ninguém consegue se lembrar disso, a não ser quem esteve lá. Jogaram moeda nos caras, como quem diz assim: *“Vocês estão fazendo tudo contra a gente! Então, vocês querem é dinheiro não é?”*<sup>58</sup>

Agora, esse processo constituinte teve esse problema. Se tinha um retrovisor muito forte, uma herança muito pesada e um futuro no qual não se sabia exatamente o que queria. Se tinha mais ou menos uma ideia. E tinha gente eleita não com o objetivo de fazer Constituinte, mas de tampar buraco de rua.

---

<sup>58</sup> V. “A última vez em que a plateia, das galerias da Câmara, jogou dinheiro no plenário, em cima dos deputados, foi em 1995, em votações do governo FH. Daquela vez, foram moedinhas” – In: Roberto Moreira (Blog). Diário do Nordeste, 17/05/2015. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/robertomoreira/protesto-2/chuva-de-dinheiro-voltando-no-tempo/> Acesso em: 25/10/2017; “Três vidraças foram quebradas e um cinegrafista saiu ferido no pé quando manifestantes invadiram a Câmara. Sindicalistas, entre eles o presidente da Federação Única dos Petroleiros, Antônio Carlos Spis, jogaram moedas no vidro blindado que separa as galerias do plenário.” In: Governo esmaga oposição no petróleo. Jornal do Brasil, 8 de junho de 1995; “Em 1993, o então presidente da Câmara e atual vice-presidente, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), decidiu isolar as galerias com vidros depois de uma sessão em que, contrariados com o resultado da votação, manifestantes jogaram dinheiro, em notas e moedas, em cima dos deputados”. In: Agência Estado, 05 de janeiro 2004. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,plenario-da-camara-passa-por-reforma,20040105p33658> Acesso em: 25/10/2017.



## 17. O papel da mídia na divulgação da Constituinte

A mídia não fez um bom trabalho na Constituinte porque estava envolvida no processo. Quando se tem uma renovação de concessões de rádio e TV, tem o interesse desses donos de rádio e TV de participar.

Você quer ver uma coisa interessante? Tinha um boletim da Constituinte de TV também, que era feito pelo pessoal da RADIOBRÁS<sup>59</sup>. A Câmara não tinha TV, e eles foram contratados. Aconteceu o seguinte: quando começou a sair, a *Globo* rapidamente procurava tesourar, entendeu, a não informar. E era obrigatório.

Na revisão constitucional ainda foi pior. Na revisão constitucional, você criou esse boletim de televisão<sup>60</sup>, e eles falaram assim: “*Faz o seguinte: joga antes do Jornal Nacional, porque no Jornal Nacional a gente mata o conteúdo desse troço*”. Foi no início ou no final, não estou lembrado. Eu sei que eles posicionaram na grade de uma maneira que eles podiam desmentir o troço depois. Mas o que aconteceu foi o contrário: as pessoas olhavam aquele boletim e depois achavam que a *Globo* era quem estava mentindo. Então eles jogaram o boletim para depois.

Você vê que a informação, quando era dada sem viés, criava a possibilidade de a pessoa ser crítica em relação à informação que ela estava recebendo, e aí você vê todo um potencial que se tem no País de as pessoas serem conscientes daquilo que está ocorrendo. A Constituinte pecou um pouco por isso, porque ela foi muito dispersa, e muita informação acabou se perdendo.

## 18. A defesa da Constituinte

---

<sup>59</sup>Diário da Constituinte. V. [http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/programas-radio-tv-sobre-a-constituicao](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/programas-radio-tv-sobre-a-constituicao) Acesso em 26/10/2017.

<sup>60</sup> Boletim da Revisão Constitucional. Cf. Resolução n. 1, de 1993-RCF, Art. 24: “As emissoras de rádio e televisão cederão, diariamente, ao Serviço de Divulgação, para apresentação de programa informativo, contendo a síntese dos trabalhos revisionais, dois horários, de cinco minutos cada um, assim distribuídos: I - nas emissoras de televisão, um entre doze e quatorze horas, e outro entre dezenove e vinte e duas horas; II - nas emissoras de rádio, um entre sete e nove horas, e outro entre doze e quatorze horas. Parágrafo único. Caberá à Empresa Brasileira de Radiodifusão - RADIOBRÁS - com apoio do Serviço de Divulgação, editar e gerar os programas previstos neste artigo”. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=589229&id=14221567&idBinario=15784462&mime=application/rtf> Acesso em: 26/10/2017.



Eu pelo menos sentia, da minha parte, que todo mundo queria defender a Constituinte, porque era um processo democrático. O problema de processo democrático é aquilo que nós já sabemos: é demorado. As pessoas gostam de ter coisas que votou hoje, consegui o que eu queria, terminei, depois de amanhã.

A Constituinte durou quase dois anos e poderia até ter se estendido mais, se não tivesse havido um momento de dar um freio de arrumação e dizer: *“Gente, tem que encerrar agora, porque vai dar confusão”*. Por que ia dar confusão? Porque havia, fungando no nosso cangote, sempre uma ameaça militar. O Sarney representava isso, nitidamente. O Sarney inclusive tirava algumas conquistas que a Constituinte já tinha definido e não promulgado ainda e as colocava como sendo dele. Por exemplo: o salário mínimo é o benefício mínimo para trabalhador rural aposentado. O que você tinha antes da Constituinte era meio. O trabalhador rural era meio trabalhador urbano. Então, quando a Constituinte aprovou — e com a pressão do Sarney contra —, o que aconteceu? *“Tudo pelo social”*. Lembra-se do *slogan* dele? Eu até brincava lá que era tudo pelo elevador social, porque pelo elevador do fundo descia todo mundo. Ele vai lá e coloca: o Governo do Sarney agora colocou um salário como piso da remuneração do aposentado rural. Cara, aquilo me deu uma raiva na época, porque se via aquele cara o tempo inteiro tentando manipular, tentando frear, controlar — ele e as forças dele, porque ele gosta de se fazer um pouco de insípido, insosso e inodoro, mas não é. Vinha aquele militar — acho que era Leônidas Gonçalves<sup>61</sup>, acho que era ele: *“Qualquer coisa, a gente pode ter que tomar algumas medidas”*. Então, você sentia que, a qualquer momento, podia ser fechado. Era uma ameaça que poderia não existir, se não houvesse uma história de fechamento do Parlamento — recente na época. Então você ficava preocupado com o que ia acontecer. Inclusive, conheci um cara que estava prestando serviço na casa do Sarney. Ele disse que estava lá com a família, daqui a pouco D. Marli<sup>62</sup> chega. Ela tinha visto uma matéria na TV, não gostou e disse: *“Está vendo, meu filho. Fecha essa porcaria. Fecha logo essa porcaria”*. Era isso o que nós sentíamos o tempo inteiro.

---

<sup>61</sup> Leônidas Pires Gonçalves (1921-2015). General-de-exército brasileiro, ministro do Exército durante o Governo José Sarney. V. Leonidas Pires Gonçalves. CPDOV-FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdov/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonidas-pires-goncalves-1> Acesso em: 26/10/2017.

<sup>62</sup> Marli Macieira Sarney. Esposa do Presidente José Sarney.





A relação entre Governo e Constituinte era bem tensa. Porque você tem que entender o seguinte. Toda vez que se fala: “Ah, é porque nós somos contra os militares”. Na verdade, os militares defendiam, de certa forma, grupos de interesse econômico que continuaram. Nitidamente, continuaram. Havia gente que, para garantir seu sossego, gostava de ter os militares como anteparo, para que pudesse desenvolver suas reservas de mercado, suas preferências aqui e ali, dificultar importação. Se organizava a economia de acordo com interesses de grupos usando os militares. Então, se tirou os militares — “todo mundo é contra os militares, não sei o quê” —, mas não se tirou a pressão econômica, nem essa ligação entre pressão econômica e sistema militar.

Se você olhar o sistema militar, fica parecendo que você está dizendo que se vivia em um Estado policialesco. Sim, policialesco em certas atitudes que havia. Mas o relacionamento dele com a elite econômico existia, mesclado de nacionalismo. É mais ou menos como aquele discurso da Esquerda de dizer assim: “O capitalismo internacional, os americanos vêm mandar no Brasil e tal”. Cara, só manda porque existe, dentro do País, gente que repercute e que representa essa linha de pensamento. Os americanos, em momento nenhum, invadiram o Brasil. E não invadiram porque existia aqui dentro gente que repercutia exatamente o que interessava para eles. Esse alinhamento de elites de dentro para fora ou de fora para dentro — porque na verdade é dominado, e não dominador —, esse fluxo, existia e impedia, inclusive, que houvesse medidas de força da potência hegemônica. É claro. Você está vivendo uma situação em que ou está do meu lado, ou é russo — ou é soviético, no caso. Se é soviético, é um risco. Se é um risco, eu vou agir. Para um país, é melhor que se aja através de prepostos do que militarmente. Militarmente é desgastante: pode ter gente morta; tem recurso desperdiçado; tem uma tropa deslocada para um determinado lugar. É melhor que tenha os seus jagunços lá. Os jagunços ganham com isso. Eles não são jagunços de graça; eles são representantes de interesse, eles se alinham a esse interesse hegemônico porque recebem também os benefícios.

Olha, eu acho que todo mundo foi levado de roldão nesse negócio, foi colhido. O que era uma Constituinte? Ninguém tinha vivido a de 1945. As de 1967 e 1969 a gente não chama de Constituinte. A de 1945 é que era a referência de um processo



amplo de debate, democrático, mas ninguém a tinha vivido, pelo menos que me lembre. O Alfredo era mais velho que eu; ele era contemporâneo do meu pai. Meu pai é de 1933. Veja, em 1945, ele tinha um pouco mais de 10 anos. Então você não tinha referência do que é uma Constituinte de verdade.

É lindo você falar de Constituinte, mas o dia a dia, toda hora você acompanhar, ver os fatos surgindo... Às vezes, você não lhe dá importância, porque a coisa parece pequena, e daqui a pouco: “*Olha só, aquele troço lá atrás não era tão pequeno como eu estava imaginando*”. Sabe, não se consegue dimensionar de fato o que está acontecendo, qual é a relevância de cada item que está correndo ali, e, às vezes, até do que não está vendo.

#### 19. A seleção para *O jornal da Constituinte*

Eu trabalhei no *Boletim* diário antes, porque era assim: *A Voz do Brasil* ficava nesse cantinho de que eu lhe falei, perto de onde hoje é a *TV Câmara*, e o *Boletim Informativo* ficava abaixo do comitê de imprensa, que hoje eu acho que é a Secretaria-Geral ou a 2ª Vice-Presidência, se não me engano, que tomou aquele espaço. Ele ficava naquele espaço ali, perto do vidro. Então, eu não acompanhava muito.

O *Boletim*<sup>63</sup> continua sendo feito como reprise do plenário, e parte dessas pessoas foi compor a equipe do *Jornal da Constituinte*, assim como parte do pessoal da *Voz* também. Acredito que fui para o *Jornal* porque trabalhava feito maluco, topava qualquer parada. Houve uma época na minha vida em que tive três empregos, praticamente não dormia. Esse enlouquecimento assim por fazer... Eu já estava estudando História, estava fazendo *A Voz do Brasil*, já fazia outras coisas fora. Então, como gostava muito de conhecer as coisas, acho que eles pensaram assim: “*Já que ele é dedicado, joga esse menino aí*”. Eu até me sentia meio perdido. Eu falava: “*O que eu vou fazer aqui?*”

Eu tinha experiência de jornal, como falei, no *Última Hora*. Então, experiência de jornal eu tinha. Voltei só a uma experiência que já tinha, que profissionalmente já tinha. Já sabia o formato de texto e tudo mais. No caso de rádio, eram bem pequenos os textos, aí você tinha que alongar. Você podia se dar ao luxo de escrever mais. Você

---

<sup>63</sup> Boletim da Constituinte. Impresso.



continuava trabalhando normalmente. Não sei como foi feito o processo seletivo, de verdade, porque o que notei, sabe, gente que chega e diz assim: “*Ai, me bota*”. Porque se recebia um extra para trabalhar na Constituinte. Pode ser que tenha gente que está nesse troço aí que foi basicamente por causa de dinheiro. Pode ter acontecido, não estou dizendo que aconteceu, mas pode ter acontecido. Pode ser que com dois terços desse grupo se fizesse o *Jornal da Constituinte* sem traumas. Sabe, eu não parava para ver essas coisas, para falar a verdade. Era assim: “*O meu trabalho é esse, vamos lá. O plenário é a minha fascinação, vou ficar no plenário, eu faço A Voz, faço...*”

## 20. O trabalho em equipe da *Voz da Constituinte*

A *Voz da Constituinte* era assim: o texto era nosso, o estúdio era nosso e a retransmissão, a transmissão, na verdade, usava o equipamento da *Radiobrás*. As pessoas da *Radiobrás*, porque eles tinham uma equipe aqui. Eles faziam a parte documental de TV. A parte do rádio era da Câmara. O Senado só assistiu. Com o pessoal da *Radiobrás* a gente não tinha contato. O pessoal, por exemplo, da TV estava vinculado diretamente ao Alfredo, não passava pela gente. O pessoal da *Radiobrás* fazia separado. Eu acho que nesse caso aí o 3º Secretário saberia mais do que a gente, sabe? Porque não lembro como foi feito isso, não me lembro desse contato.

A rádio e a TV eram coisas bem separadas. Foi um convênio assinado com a *Radiobrás* que definiu uma equipe que ia trabalhar aqui com a gente, quer dizer, que ia trabalhar para a Constituinte, para fazer esse boletim de 5 minutos<sup>64</sup>, se não me engano, da Constituinte. Era muito separado.

Na verdade, era como se o *Jornal* fosse o agregador. Você trabalhava no *A Voz*, você trabalhava no *Boletim*, e aí participava do *Jornal*. Então, o *Jornal* era o agregador desses grupos que vinham de diferentes fontes. Na equipe, havia a Valdira<sup>65</sup> que era uma figura humana fantástica. Era uma colega muito legal, era muito divertida. Havia pessoas como o Fernando<sup>66</sup>, que era redator, um cara que tinha um texto lindo. Você pegava o texto do Fernando, das matérias de plenário, e você sabia

<sup>64</sup> Diário da Constituinte. Programa de TV.

<sup>65</sup> Maria Valdira Bezerra. Membro da equipe de redação do *Jornal da Constituinte*.

<sup>66</sup> Não identificado na equipe oficial do *Jornal da Constituinte*.



que era dele. Não precisava ter o nome dele ali. Você notava o desenho do texto dele. Era um cara fantástico! E havia outros jornalistas, mas da turma eu me lembro *en passant*. A Valdira, eu lembro, trabalhou no *A Voz* que também estava fazendo o *Jornal da Constituinte*, mas de outras pessoas, assim, eu não estou me recordando. Eu teria que olhar o expediente do *Jornal* para ver. É porque eu e Valdira, a gente se revezava nessa matéria de centro. Então, ficava mais fácil, e a gente já trabalhava no *A Voz*. As outras pessoas, se trabalhavam, era na revisão. Acho que tinha um Morgado, Osvaldo Morgado<sup>67</sup> era de lá. É porque tinha muita matéria que não era assinada. Então, fica difícil lembrar.

Uma pessoa por quem eu tenho carinho e que tem destaque na minha lembrança é o Alfredo, uma figura humana muito legal, uma pessoa que tinha passado por sufoco, tinha sido torturado, sabe? É uma pessoa muito legal. Foi até engraçado, porque o nosso primeiro contato foi horrível. Cheguei lá: “*Mandaram eu me apresentar aqui para você, para A Voz do Brasil*”. “*Quem é você?*” Ele já fez assim. Eu: “*Caramba, estou morto*”. “*Redige aí um currículo seu porque eu quero ver quem é você*”. E eu: “*Está bom*”. Eu botei até a filiação, para você ver o desespero. Aí ele virou e falou assim: “*Ah, você é filho do Luís Humberto! Eu conheço o Luís Humberto*”. Falei: “*Ufa, papai me salvou sem querer*”. Eu só botei os dados ali porque botei até a carteira de identidade. Fui tirando as coisas do bolso e botando tudo ali. Depois desse choque inicial, ele era uma pessoa muito legal.

A década de 1980, eu costumava dizer, foi a última grande década de aprendizado generoso em jornalismo. Por exemplo, terminava o dia de trabalho no jornal, as pessoas saíam juntas e iam conversar sobre o que tinha acontecido no dia e tal. Você trocava experiência. “*Naquela época que eu fiz e tal...*”

## 21. A rotina da redação

Para as pessoas lembrarem que sou jurássico, usava-se máquina de escrever, não é? Entrava-se na salinha onde hoje é a entrada da *TV Câmara*, e eram duas salas com mais ou menos quatro metros por oito metros. Em uma sala, ficavam o Diretor da Assessoria de Divulgação e Relações Públicas — ADIRP e as suas duas secretárias.

---

<sup>67</sup> Osvaldo Vaz Morgado. Chefe de Redação do *Jornal da Constituinte*.



Na outra sala, ficavam dois revisores quando se entrava à esquerda, e, à direita, ficava o chefe. Ao lado, ficava o secretário, e havia aquelas mesonas de madeira enormes. Do lado, ficava o seu ajudante. Ao fundo, ficava uma copa, onde serviam água, café e, na época, havia até biscoito — nós ganhávamos até biscoito, vejam só. Parece que nós estamos falando de papagaio: “*Olha o biscoitinho, papagaio*”.

Havia quatro duplas de mesas, onde se trabalhava da seguinte forma. Você tinha um papelzinho, que era meia lauda A4, aquele papel que quem trabalhou em jornal sabe que é um pouco melhor que papel higiênico — é horrível. Em cima, havia assim “data”, “tema e autor” e “assinatura do revisor”, para dizer que tinha passado pela revisão. Aí você ia a plenário, acompanhava certo número de pronunciamentos, voltava, redigia, passava por todo aquele processo e se tinha muito pouca coisa gravada de plenário — pouca coisa.

Na verdade, quando virei chefe do programa *A Voz do Brasil*, falei assim: “*Não é possível não ter plenário ao vivo*” — ao vivo, eu digo, com a voz do Parlamentar. Inclusive, era assim: a redação ficava ali, e o estúdio ficava no subsolo do Anexo IV. Aí, vinha um cara do estúdio, pegava... Era assim: quatro laudas... “sanduichavam” três laudas de papel carbono — acho que ninguém sabe mais o que é isso — e se redigia aquilo. Quando chegava de noite em casa tinha que lavar a mão cinco vezes para tirar o carvão. Então, se redigia e passava para o revisor; o revisor mandava para você — eu cheguei a ser Subchefe do programa *A Voz do Brasil* — e eu ia lendo, revisando, juntando os pronunciamentos — era como se fosse um carteadado — e fazia os blocos, fazia as chamadas, entravam as vinhetas e tal. E aí saía o programa *A Voz da Constituinte*, que era uma réplica maior do trabalho normal do programa *A Voz do Brasil*.

Nós fazíamos o programa *A Voz do Constituinte* no perfil do programa *A Voz do Brasil*. Eu saía e ia para o jornal, que funcionava num plenário de Comissão do qual não lembro mais — porque a Casa foi toda mudada, não é? Os plenários de Comissão tinham paredes de madeira; em relação ao que é hoje, é como se fossem dois andares. Criaram um segundo andar ali em cima, achatando o teto dos plenários. O plenário ia até lá em cima, e a luz natural entrava. Então, não era no plenário, mas numa sala anexa ao plenário que nós trabalhávamos. Havia uma redaçãozinha lá.



Como trabalhava no programa *A Voz do Brasil* e no *A Voz da Constituinte*, basicamente o que fazia era o seguinte: pegava a pauta, fazia as entrevistas que tinha que fazer, montava a matéria, mas redigia no *A Voz do Brasil*, porque assim não disputava máquina com ninguém. Eu estava lá, sabia que o *A Voz do Brasil* já tinha encerrado e saía às 11 horas da noite ou mais. Como ficava a tarde inteira no plenário, acompanhando a *Voz*, chegava, realmente, para receber a pauta. E ia atrás para fazê-la. Inclusive porque este período coincide com o período em que estava na universidade. O tempo que tinha era basicamente para fazer matéria, acompanhar o plenário, fazer a minha graduação em História. Então, era assim: tarefa dada, tarefa tem que ser feita. E vamos à luta, porque precisava organizar minha vida. Era tão engraçado. A Câmara hoje tem certos cuidados. Você não apaga a luz geral. A sala do *A Voz do Brasil* não tinha janela. Várias vezes, apagaram a luz e me deixaram no escuro ali. Cadê que achava a porta? Fiquei preso lá algumas vezes, procurando a porta. E pior ainda era quando tinha deixado gaveta de móvel aberta, porque aí trombava nas coisas, caía. Era uma beleza; era um show. Mas era legal.

## 22. A pauta

A pauta feita pelo Alfredo Obliziner com Ronaldo Paixão<sup>68</sup>, que estava na época lá. Era um colegiado. Faziam uma reunião de pauta na segunda-feira e distribuíam a pauta para nós. A pauta chegava pronta para nós. O jornal era quinzenal, mas se fazia reuniões diárias para acompanhar a produção, para ver se ia ter que tirar uma determinada pauta para botar outra que tinha assumido mais relevância etc. No meu caso, eles estabeleciam assim: “*Olha, você vai falar sobre tal coisa*” — Imposto Sindical, por exemplo. “*Então, você vai ouvir os Parlamentares e os partidos*”.

Normalmente a gente sugeria: “*Olha, no plenário estão batendo mais bola sobre isso e tal. O que vocês acham?*” Eles tinham uma visão mais coletiva, mais de sistema. Então eles acabavam decidindo se a pauta era ou não importante naquele momento. Esporte<sup>69</sup>, por exemplo, devo ter sugerido, pode ser que tenha sugerido, mas nem lembro, sinceramente não lembro. Eu lembro assim das coisas gerais da

<sup>68</sup> Ronaldo Paixão Ribeiro. Secretário de Redação do *Jornal da Constituinte*.

<sup>69</sup> MARTINS, Humberto. Esporte chega a Seul passando pela Carta. *Jornal da Constituinte*, n. 57, Brasília, 8 a 14 de agosto de 1988, p. 8-9.



Constituinte; a específica era muito mais o relacionamento com os deputados, essa coisa de você ver um deputado mudar de posição, você ver um Genoíno brigando sozinho. Essas coisas é que me chamavam a atenção. Eu era muito novo. Eu estava com vinte e poucos anos.

Nas pautas a gente tinha que recorrer ao plenário. Como já tinha esse contato com o plenário, ficava mais fácil, eu sabia como era a mecânica de plenário. Tinha gente que, na verdade, trabalhava muitas vezes tanto no *A Voz* quanto no *Jornal*, ouvindo na caixinha o pronunciamento do deputado que era redigido ou para o *Jornal* ou para *A Voz*. Eu não. Eu fazia questão de ir ao plenário toda vez. Eu não aceitava esse negócio de ficar ouvindo longe do plenário, tinha que estar no meio da história. Para mim, era essencial essa coisa de viver o fato. Não era fato histórico, era um fato legal para a minha vida. Tinha que estar lá. Essa proximidade fazia com que as pautas que caíam na minha mão normalmente tivessem plenário no meio. Era aquele negócio: “*Você vai lá e faz*”. Se era Comissão, já era um outro grupo que fazia, dentro dessa equipe que estava aí, que era um pessoal que já tinha conhecimento.

### 23. A vida no plenário

Eu falo muito da informação porque vivi o plenário. O plenário concentrava essas atividades. O plenário era muito legal. Eu acompanhei plenário. É até muito engraçado esse negócio de plenário. Eu me lembrei agora de uma ótima situação. No final da Constituinte, no último dia, no último momento de votação, o Presidente do Senado Federal, Humberto Lucena<sup>70</sup>, estava meio brigado com o Ulysses, nosso “tripresidente”. Eu estava do lado dele, e todo mundo estava subindo. Se fosse uma barca, aquele plenário teria afundado, de tanta gente que subiu àquela área para ficar do lado do presidente na foto da Constituinte. Aí cheguei para ele e perguntei: “*Senador, V.Exa. não vai, não?*” Ele fez aquela cara, meio... Falei: “*Eu acho que V.Exa. deveria ir, porque a fotografia que vão tirar agora vai ficar para o resto da vida, e V.Exa. não vai ser lembrado por conta da sua ausência*”. Ele disse: “*O senhor tem razão*”. E subiu a escadinha e se sentou lá. Foi tão engraçado isso!

---

<sup>70</sup> Humberto Coutinho de Lucena (1928-1998) - Deputado Federal, 1959-1963, PB, PSD. Deputado Federal, 1963-1967, PB, PSD. Deputado Federal, 1967-1971, PB, MDB. Deputado Federal, 1975-1979, PB, MDB. Senador, PB, PMDB, Período: 1979 a 1998, Constituinte.



Era outra coisa. Hoje há muito “*big brother*”, muito *reality show*, não é? Você quer ser visto e tal. Naquela época, era assim: eram fotografias de momentos. Como eram momentos, se podia mostrar que estava com raiva do cara ali na frente. Mas hoje não se tem isso; hoje todos somos produtos maquiados.

Por outro lado, hoje a gente percebe melhor, porque tem Internet, tem não sei o quê. Mesmo os veículos de comunicação da Casa expõem o ponto de vista das pessoas. Naquela época, se tinha situações em plenário que simplesmente não vazavam para as pessoas. A briga ficava muito ali dentro. Há um fato fantástico. Uma vez um deputado — não vou dizer o nome dele só porque ele pode ficar chateado comigo —, com o Dr. Ulysses na mesa — você tinha até a meia-noite para votar o projeto —, subiu na mesa, agarrou o ponteiro do relógio e virou meia hora. E terminou essa votação no mesmo dia — claro, com o fuso horário de outro país, mas lá! Isso só acontece quando se tem o isolamento daquele grupo dos veículos de comunicação. Você acha que, tendo uma TV na Câmara, não se mostraria um camarada pendurado no relógio? Com certeza! Muita coisa acontecia no bastidor, não se via, não se percebia. Pelo menos eu não, porque eu tinha uma tarefa grande, que eram *A Voz do Brasil* e o *Jornal da Constituinte*. Estava o tempo inteiro entrevistando gente ou em plenário, pegando pronunciamento.

Trabalhei mais em *A Voz da Constituinte* do que no *Jornal da Constituinte* porque *A Voz* era diária e eu era prisioneiro do plenário. Hoje, por exemplo, dois minutos depois, ou um tempo depois, você tem no CamaraNet o pronunciamento do deputado. Naquela época, se você perdesse um pronunciamento, tinha que esperar o taquígrafo fazer, passar pela revisão, depois o discurso era xerocado. Você levava aquela xerox na mão, ia ler tudo. E o problema da revisão? Muitas vezes, a revisão filtrava aquilo para tornar adaptado à publicação, porque ia virar o Diário da Constituinte. Então, perdia-se a emoção de o cara dar aquela vacilada, aquela indefinição. A coisa já estava filtrada ali para publicação. Não é que fosse censura, não. Era simplesmente porque havia parâmetros. Se o camarada dissesse um palavrão, claro, não era censura, mas se estava adaptando às regras da Casa, que ele era obrigado a seguir e não seguiu.

Eu era muito rápido na redação. Eu descia, fazia os pronunciamentos que tinham me passado, naquele horário de pronunciamento. Aí voltava para o plenário e





ficava cercando os deputados por conta da minha matéria para o *Jornal da Constituinte*. Não havia coincidência de pauta, mas uma coisa ajudava a outra, porque, às vezes, o deputado falava, e eu dizia assim: “*Bom, se ele falou lá, comigo ele vai conversar sem problema*”. Se o assunto era mais espinhoso, você tinha que ir atrás de alguém que pudesse falar com você, nem sempre o camarada queria e tal. Era mais difícil. Mas, quando se localizava o cara que tinha falado, era ótimo, maravilhoso. Eu era subchefe do *A Voz*, mesmo aquilo que eu não pegava, no material do programa tinha lá o resumo da ópera. Eu sabia quem tinha falado o quê, sobre o quê.

#### 24. As matérias publicadas no *Jornal da Constituinte*

Para falar a verdade, eu não lembro mais nenhuma. Por isso falei de SUS<sup>71</sup>, de meio ambiente<sup>72</sup>. Essas coisas misturam muito com a minha paixão pessoal. Por exemplo, eu acho que fiz uma matéria sobre imposto sindical<sup>73</sup>. Este é um tema engraçado, que você fala assim: “*Imposto Sindical interessa para a Esquerda*”. Não. Interessa aos dois, porque você tem sindicato patronal. Os dois gostariam de receber esse dinheiro fácil, com tranquilidade. Então, os dois fechavam. Você imagina: “*Imposto sindical? Deve ser só sindicato que tem interesse*”. Sim, sindicato de quem? É a pergunta. É de empregado e de empregador. Os dois têm interesse. Para mim, à época, não significava nada. Aquilo era chatinho de fazer e tal. Falei: “*Ah, vou fazer*”. Agora, por meio ambiente eu já era fascinado desde criança. Cada vez que olhava aquele negócio de devastação da Amazônia — nossa! —, virava o rosto; isso me dava nervoso. Eu tinha empatia com alguns temas. Para mim, era muito mais gostoso fazer matérias sobre esses temas. Quanto aos outros, cumpria a minha obrigação.

É aquela coisa de se produzir para os outros. A paixão o ajuda a produzir aquilo que precisa naquele momento; a obrigação faz você aprender outras coisas que provavelmente ignoraria porque não são sua paixão. Peguei muita coisa da

<sup>71</sup> MARTINS, Humberto. Sistema unificado de saúde e amparo previdenciário para todos. *Jornal da Constituinte*, Brasília, 13 a 19 de junho de 1988, n. 51, p. 8-9

<sup>72</sup> MARTINS, Humberto. Natureza que beleza, vai acabar? *Jornal da Constituinte*, Brasília, 31 de agosto a 6 de setembro de 1987, n. 14, p. 8-9.

<sup>73</sup> Questão sindical gera importante polêmica. *Jornal da Constituinte*, Brasília, 22 a 28 de agosto de 1988, n. 59, p. 8-9 (matéria não assinada).



Constituinte, com esse trabalho, essas pautas que me passaram. O mais difícil que se tinha nessa pauta era saber a amplitude do tema, porque não se tinha recurso de pesquisa. Era muito difícil. Você tinha o plenário, você tinha um deputado que tinha falado. A pessoa é que era a fonte, porque se queria mostrar, na verdade, as posições que estavam se manifestando ali, fossem de partidos, fossem de pessoas que tivessem influência no resultado final da votação.

Eu, normalmente, fiz muita matéria de miolo do jornal, que são as matérias de página dupla, que exigiam muito. Eu tinha que entrevistar cada um, cada representante de partido para saber o que o partido estava pensando sobre esse determinado tema e costurar isso num texto final. Imaginem como era. Hoje as pessoas até dizem: *“Ah, mas era fácil; você pegava na Internet”*. Não, não tinha nada disso. O depoimento que se tinha que pegar para aquela matéria era único; era só para você. Então, tinha que estar no pé do deputado: *“O senhor quer falar?” “Vamos lá”*. Tinha que negociar. Dependia da pessoa. Dependia do nível de intimidade que ele tinha com você: *“Olha, esse cara é legal”*. Por exemplo, no Centrão, conseguia bem com Inocêncio Oliveira<sup>74</sup>. Ele, na verdade, era o cara articulador do Centrão no Plenário. Ele sabia o que estava acontecendo. O José Lourenço<sup>75</sup> não sabia nada. O José Lourenço falava muito para a imprensa, fazia muito discurso, mas Inocêncio era quem sabia o que estava acontecendo. Ele era “o cara”. Era supergentil comigo. Eu chegava lá: *“Deputado, eu estou vendo que o senhor é que sabe tudo desse negócio aqui. Ajude-me”*. A *Globo* era só Roberto Cardoso Alves<sup>76</sup> e o Zé Lourenço, um português eleito deputado baiano, aquelas coisas que nós temos no Brasil, graças a Deus. Ele ficava assim: *“Puxa, esse menino me descobriu”*. Ele conversava comigo numa boa. Dizia *“Olha, isso aqui é complicado, isso aqui é tal”* e me dava todas as

---

<sup>74</sup> Inocêncio Gomes de Oliveira - Deputado Federal, 1975-1979, PE, ARENA. Deputado Federal, 1979-1983, PE, ARENA. Deputado Federal, 1983-1987, PE, PDS. Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, PE, PFL. Deputado Federal (Congresso Revisor), 1991-1995, PE, PFL. Deputado Federal, 1995-1999, PE, PFL. Deputado Federal, 1999-2003, PE, PFL. Deputado Federal, 2003-2007, PE, PFL. Deputado Federal, 2007-2011, PE, PL. Deputado Federal, 2011-2015, PE, PR.

<sup>75</sup> José Lourenço Morais da Silva - Deputado Federal, 1983-1987, BA, PDS. Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, BA, PFL. Deputado Federal, 1991-1995, BA, PDS. Deputado Federal, 1996-1999, BA, PPR. Deputado Federal, 1999-2003, BA, PFL.

<sup>76</sup> Roberto Cardoso Alves - Deputado Federal, 01/02/1967-16/01/1969, SP, ARENA. Deputado Federal, 01/02/1979-31/01/1983, SP, MDB. Deputado Federal, 01/02/1983-31/01/1987, SP, PMDB. Deputado Federal (Constituinte), 01/02/1987-16/08/1988, 15/03/1990-31/01/1991, SP, PMDB. Deputado Federal, 01/02/1991-21/12/1994, SP, PTB. Ministro do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio, 1988-1990.



dicas. Eu ia conversando com os outros Parlamentares, porque sabia que a voz do Centrão era ele. E ia ouvir os outros.

## 25. Os créditos

O nome do repórter só aparece na redação do jornal porque na rádio nunca se fez questão de botar crédito. No programa *A Voz do Brasil*, nunca houve crédito. Inclusive, nesses anos todos — foram 17 anos de programa *A Voz do Brasil* — diziam assim: “*Ah, bota crédito. Diz quem é o Diretor da SECOM, o Diretor da Voz do Brasil*”. Eu falava: “*Mas para quê? Eu tenho um escasso recurso, que é o tempo. Tenho que falar muita coisa. É mais importante o meu nome ou o que o deputado está falando? Eu acho que é mais importante o que o deputado está falando*”. Para se ter uma ideia de como o tempo era escasso, uma vez fiz uma conta e descobri como ganhar meio minuto. Sabe como ganhava? Cortava a palavra “deputado”. Eu falava: a Câmara não é dos deputados? Então, não precisa botar “deputado”. Aí só botava o nome. Assim, descobri que, pelo número de pronunciamentos, ganhava meio minuto. Como dizia na época, era aquele negócio: estacionar caminhão em vaga de fusca. Era uma dureza.

No *Jornal da Constituinte* também fazíamos matérias que não eram assinadas. Por exemplo, teve o Balanço da Constituinte, para o qual fomos designados. Cada um pegava um setor da Casa para mostrar como aquele setor tinha participado do processo constituinte<sup>77</sup>. Era assim: na medida em que você tinha uma matéria maior, que exigia mais esforço, eles te davam a assinatura como se fosse um retorno, ou quando você tinha uma coisa opinativa, o que não era o caso. Eu não dava a minha opinião. Mas normalmente o desenho era este: o tamanho da matéria, o tempo que você levava. Eu levava mais ou menos uns três dias colhendo informação do parlamentar e depois outro tempo de noite, até 11 horas da noite, fechando o texto, porque tinha que esperar terminar *A Voz*. Quando todo mundo saía, eu avisava, ia lá no *Jornal*, porque era para mostrar que estava mesmo, e falava: “*Olha, eu estou lá trabalhando na Voz*”. Eu voltava, sentava lá e ficava trabalhando.

---

<sup>77</sup> Neste número há textos não assinados, mas a matéria do colaborador foi assinada. Cf. MARTINS, Humberto. Taquígrafos: uma epopeia à parte. *Jornal da Constituinte*, Brasília, 5 de outubro de 1988, n. 63, Caderno 2, p. 9



26. Os dois lados das histórias

Apesar de ter preferências por esse ou aquele, não tirava a voz de ninguém. Até, de vez em quando, vinha um e dizia: “Ah, mas você ouviu Fulano!”. “Não me interessa. Ele tem voz”. Querem ver uma coisa com a qual briguei durante esse tempo todo que fiquei na *Voz do Brasil*? Toda vez que tentavam tirar alguém, nunca autorizava. Nunca aceitei censura. Pelo contrário; ouvi o diabo de chefe, mas eu sabia.

Eu pegava representante de cada um dos partidos. Eram os parlamentares. Mas escolhia por partido ou quem tinha se manifestado — como já sabia, por conta do *A Voz do Brasil* — muito em plenário sobre determinado tema. Mas tinha, às vezes, dificuldade de encontrar a posição contrária. A posição contrária não falou. Então eu: “Puxa, quem é que fala sobre isso?” “Ah, não, mas eu não quero falar porque não quero me comprometer. Isso não é uma coisa muito popular”. E tinha que encontrar alguém que chegasse e dissesse. Inocêncio de Oliveira nesse ponto foi muito legal. Ele chegava dizia: “A posição é essa”. Acabou. E era ótimo. Resolvia o problema, porque você tinha os dois polos da questão. Quem ia ganhar o Plenário ia decidir. Numericamente, você diz assim: “O Centrão é muito maior do que a Esquerda. Portanto, vai ser o massacre da serra elétrica”. E não acontecia isso. Não era isso o que acontecia de verdade. A permeabilidade da Constituinte foi isso: ter a injunção externa pela primeira vez mostrando quem era o brasileiro para o seu representante. Porque o seu representante muitas vezes era o cara que arrecadou o voto do cara, mas não sabe de fato o que o camarada vivia. Então, numericamente, estava lá definido. Mas se tinha sustos. No meu caso, a matéria era bem assim: o que o Plenário vai decidir. Então, eu tinha que pegar. Eu me lembro bem disso.

*A Voz da Constituinte* tinha uma coisa interessante, o resultado dela. É que, como a Esquerda falava muito, e o Centrão calava, porque já estava se articulando e não queria fazer potoca, o que acontecia? Você ouvia o *A Voz da Constituinte*, como pegava o Plenário: contra, contra, contra e aprovou, favorável. O cara que ouvia do outro lado dizia assim: “Não entendi nada. Todo mundo falando contra?” Mas não era todo mundo. Eram os caras que ocupavam a tribuna. E o Centrão não a ocupava; ficava quieto. Já sabia que tinha maioria, que ia resolver o problema. Então, isso gerava certa distorção no resultado final.



Por isso disse que se tivessem guardado isso seria muito interessante, porque se iria perceber bem isso; a *Voz* dá um conteúdo majoritário. Então, ficava parecendo até que nós estávamos defendendo posição, mas não estávamos, porque a nossa obrigação, pelo Regimento, inclusive, era dar os pronunciamentos de Plenário. Se a Direita não se manifesta, a Esquerda toma conta. É óbvio.

Isso repercutiu até na época do Governo Fernando Henrique. Fui chamado de petista por gente de dentro do Palácio do Planalto. Um deputado que me conhecia disse: “*Não, gente, ele simplesmente leu o Regimento*”. Eu citei o artigo, era na época o art. 90: “*Todo pronunciamento lido e proferido da tribuna do plenário da Câmara...*”, nós somos obrigados a dar.

## 27. A administração

O Marcelo Cordeiro<sup>78</sup> era simpaticíssimo. Era uma figura ótima. Sempre conversei com ele como pessoa física, vamos dizer assim; nunca conversei com ele como pessoa jurídica, como meu chefe. Ele era uma pessoa ótima de conversar, agradabilíssimo. E a conversa que ele tinha que ter, como tudo reservado, acontecia em nível de chefia, se houve isso — deve ter havido, claro.

A ADIRP — Assessoria de Divulgação e Relações Públicas era ligada à Terceira-Secretaria. Depois é que ela passa, como SECOM, a ser vinculada diretamente à Presidência. Antes, ela era ligada à Terceira-Secretaria. Então, o Terceiro-Secretário nos herdava, vamos dizer assim<sup>79</sup>. Mas não me lembro de ele interferir em nada. Pelo contrário; às vezes conversava com ele coisas espinhosas que, para mim, eram dúvidas, e ele falava: “*Não, você tem que perceber isso aqui assim, mas você faz do jeito que você quiser*”. É engraçado: é mais provável nesta Casa haver censura do “capachildo” do parlamentar de que do próprio parlamentar.

---

<sup>78</sup> Marcelo Ribeiro Cordeiro - Deputado Federal, 1979-1983, BA, MDB. Deputado Federal, 1983-1987, BA, PMDB. Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, BA, PMDB. Foi Primeiro-Secretário na Constituinte e diretor responsável do *Jornal da Constituinte*.

<sup>79</sup> Na Constituinte, a divulgação dos trabalhos foi entregue à Primeira-Secretaria que, de certa forma, concentrou as atividades usualmente divididas entre as três secretarias, cf. Resolução n. 2 de 1987 da Assembleia Nacional Constituinte, Capítulo IV – Dos secretários ([http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/regimento-interno-da-assembly-nacional/resolucao-2-1987](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/regimento-interno-da-assembly-nacional/resolucao-2-1987)). Dessa forma, apesar de a Adirp ser ligada à Terceira-Secretaria, na Constituinte a divulgação dos trabalhos foi entregue à Primeira-Secretaria.



Noto que eles aceitam muito mais que haja essa pluralidade do que gente que diz: “*Estou falando em nome do deputado, e isso quer dizer tal coisa*” — normalmente, não quer dizer nada, porque o deputado às vezes nem sabe.

#### 28. A relação do *Jornal da Constituinte* com a mídia comercial

Eu não lembro mais como era feita a distribuição do *Jornal da Constituinte*. Isso seria importante saber, mas não lembro mais. Mas lembro que, entre os colegas, a repercussão era muito boa. Era muito boa mesmo, exatamente por causa dessa dispersão da informação. Havia Subcomissão disso, Subcomissão daquilo, um monte de Comissões reunidas, tudo ocupado, eventos fora, e não se tinha estrutura para todo mundo acompanhar tudo ao mesmo tempo. Isso sem falar nos filtros que se aplicavam: “*Olha, não cubra aquilo porque aquilo não interessa. Nós já estamos resolvendo o nosso interesse ali*” — por exemplo, concessões de rádio e TV. “*Dê a cobertura mínima para essa coisa.*” Então, você tinha, nitidamente, coberturas orientadas para evitar certos temas e certos embates, porque a desinformação é melhor do que dar informação e ter que explicar. Quando desinforma, não se dá nem pró nem contra.

Eu acho que a relação com a mídia era um contraponto. Não há como se enfrentar, neste momento, as grandes redes de comunicação hegemônicas. Não era concorrência, mas se dizia assim: “*Olha, você imprimiu uma versão da realidade que vai ficar*”. Isso era muito legal.

#### 29. Limites da divulgação na Constituinte

Acho que a gente tinha uma limitação, que era a seguinte: a gente tinha que mostrar o que era aparente, sabe? E isso não era uma limitação porque a gente era censurado. Não. É porque você teria como dizer: “*Olha, essa informação eu tirei de tal lugar*”. Então, essa limitação do que era aparente cria aquelas distorções como falei do *A Voz da Constituinte*, de você ter a aprovação de um projeto quando todos os pronunciamentos foram contra. Isso distorcia assim... Você sentia aquela coisa e falava: “*Que coisa esquisita!*”

Mais por isso, porque não se podia trabalhar o silêncio. Tinha que trabalhar a eloquência. Então, o que foi falado você pega e trabalha. O que foi silenciado não se



tem como fazer. Isso aí era um trabalho muito mais de um jornalista privado que tivesse liberdade de dizer o que não tinha saído aparente.

A gente tinha talvez um ranço oficialesco. Não sei se era isso. Mas tinha que mostrar de onde se tinha tirado essa informação. E não se vai conseguir comprovar com um deputado que depois diz que não disse. Como é que você vai se defender? Então, você tinha que dizer: *“O cara falou em plenário. O cara falou comigo. Está dito aqui. Está dito ali. Então, essa informação eu posso colocar”*.

Inclusive porque você tem, num momento como esse, uma coisa muito complicada que se chama balão de ensaio. É aquela história. O cara diz: *“Olha, o Sarney está falando tal coisa”*. Aí você repercute e depois descobre que o Sarney não fez absolutamente isso. O que ele tinha feito era o seguinte: *“Deixa divulgar isso para ver os que as pessoas fazem. Aí eu adoto ou não essa medida”*. Ele fazia muito isso. Ele era rei de fazer isso.

Você tinha que tomar cuidado com os balões de ensaio. Então, tem que ser o quê? O que é dito e o que é registrado, porque, se não for registrado, não se tem como provar. O cara pode simplesmente fugir da resposta depois, vendo a coisa não foi bem recebida. Não se tem como provar de onde se tirou aquela informação.

Tinha essa limitação. Mas de certa forma, como se está trabalhando um lado oficial da história, acho que é legal. Acho que é bom. Acho que outras pessoas fizeram trabalhos interessantes, mostrando grupo de pressão e outras coisas, mas porque eles tinham condição de fazer o que não era dito, o que não era verbalizado e tinham contatos que permitiam isso.

Por exemplo, você sabe que a primeira coisa chocante que tive no primeiro dia do programa *A Voz do Brasil* foi... Nós ainda estávamos em pleno regime militar, em 1985 ainda, e havia muita sensibilidade. Acho que não era mais regime militar, mas havia muito medo ainda. Aí fui e coloquei que o deputado denunciou não sei o quê. Aí o meu chefe me chamou: *“Esse verbo a gente não usa. Não existe denúncia. Diz que ele falou isso, falou aquilo. Mas denunciar, não.”* Foi o chefe anterior ao Osvaldo Morgado. Tinha preocupações desse tipo. Não era censura. A informação estava ali. Só o verbo que não se podia usar.

Na Constituinte, não houve isso. Se podia botar essa coisa. Então, se começou a sentir um grau de liberdade que não tinha antes, pelo menos pelo que eu sentia dos



---

colegas, porque cheguei no final de 1984. Entrei para *A Voz* em 1985. Não peguei barra pesada nenhuma da ditadura.

### 30. Palavras finais

Eu só queria, antes de tudo, me desculpar com você, porque realmente não me lembro de muita coisa. Lembro de *flashes*. A memória é muito passional, não é? O que o apaixonado lembra, o resto você vai varrendo para debaixo do tapete, porque não tem por que guardar aquilo.

#### FICHA TÉCNICA DA ENTREVISTA

- 1 Data: 14/06/2017
2. Local: Estúdio de Gravação do Cefor
3. Duração: 2h12min
4. N° do arquivo: E003
5. Responsável pela pesquisa e elaboração do roteiro: Rildo José Cosson Mota (P-6741)
6. Entrevistador: Rildo José Cosson Mota (P-6741). Apoio: Vânia Lúcia Alheiro Rosa (P- 6184).
7. Equipe de vídeo: Rodrigo Guimarães (P-5267) e Rita de Cássia Spinola Rocha da Silva (P-5590)
8. Fotografia: Gilmar Félix (P-3021.291)
9. Responsável pela transcrição: Detaq
10. Data da transcrição: 20/07/2017
11. Responsável pela edição de texto: Rildo José Cosson Mota (P-6741)